

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**RACIONALIDADE DEMOCRÁTICA DO VOTO:
UMA ANÁLISE DO ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO**

TIAGO CRUZ SPINELLI

SÃO CARLOS/SP

JUNHO DE 2007

TIAGO CRUZ SPINELLI

**RACIONALIDADE DEMOCRÁTICA DO VOTO:
UMA ANÁLISE DO ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO**

Trabalho apresentado ao
Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais como
requisito para obtenção do
título de mestre.

Orientador: Fernando Azevedo

SÃO CARLOS/SP

JUNHO DE 2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S757rd

Spinelli, Tiago Cruz.

Racionalidade democrática do voto : uma análise do estudo eleitoral brasileiro / Tiago Cruz Spinelli. -- São Carlos : UFSCar, 2013.

87 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Sociologia política. 2. Percepções do voto. 3. Poliarquia. 4. Survey. I. Título.

CDD: 306.2 (20ª)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Via Washington Luís, Km 235 - Caixa Postal 676
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
Fone: (16) 3351-8371 - ppgcso@power.ufscar.br



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

Tiago Cruz Spinelli

27/06/2007

Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos / UFSCar

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Universidade Federal de São Carlos/ UFSCar

Prof. Dr. Paulo Sérgio Perez
Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 19/12/2007.

Banca Examinadora:
Prof. Dr. Fernando Antônio Farias de Azevedo
Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Prof. Dr. Paulo Sérgio Perez

Homologado na CPG-PPGCSO na
_____ª Reunião no dia ___/___/____.

Prof. Dr. Igor José de Renó Machado

SUMÁRIO

Introdução	08
Capítulo I	
O Estudo Eleitoral Brasileiro	14
Breves considerações sobre a técnica da pesquisa	17
O pesquisador, o pesquisado e a busca das “verdades”	18
O questionário	23
Alguns aspectos do universo estudado	24
Capítulo II	
A democracia como método e a poliarquia como meta	29
“Historicismo” schumpeteriano? Uma leitura do método democrático	33
Poliarquia, um modelo normativo?	44
O método democrático, a poliarquia e o ESEB	61
Capítulo III	
Confiança, crença e democracia: uma análise do voto	64
Voto e racionalidade democrática	67
Modelo de análise	70
Considerações finais	80
Referências bibliográficas	86

ÍNDICE DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS

Tabela 01 Região do país	24
Tabela 02 Idade por faixa etária	25
Tabela 03 Escolaridade	26
Tabela 04 Estado civil	27
Tabela 05 Atitude que um deficiente físico DEVERIA ter se um candidato lhe oferecer uma cadeira de rodas	72
Tabela 06 Atitude que um deficiente físico VAI ter se um candidato lhe oferecer uma cadeira de rodas	73
Tabela 07 O valor do voto	77
Tabela 08 Opinião sobre a influência do voto no que acontece no Brasil	78
Quadro 01 Dilema dos prisioneiros	69
Quadro 02 O dilema dos prisioneiros em sinais	71
Quadro 03 Situação I, dados	74
Quadro 04 Situação I, sinais	74
Quadro 05 Situação I, soma	75
Quadro 06 Situação I, resultado	75
Figura 01 A “preocupação madisoniana”	58
Figura 02 Índice de racionalidade democrática do voto	76
Figura 03 Racionalidade democrática do voto	79
Figura 04 O modelo dahlsiano	83

RESUMO

Analisa os dados do *survey* Estudo Eleitoral Brasileiro/ESEB (2006) sobre as percepções do voto. Problematiza seu objeto a partir da discussão da teoria da democracia, privilegiando a leitura realista de Joseph A. Schumpeter e a operacionalização do conceito de *poliarquia*, de Robert A. Dahl. Propõe um *índice de racionalidade do voto*, baseado nas questões que abordam situações em que o voto é oferecido em troca de algum tipo de favor, e na opinião sobre a influência do voto no que acontece no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO – VOTO – DEMOCRACIA – POLIARQUIA

Dedico a minha filha Hannah, que é feto, ainda..

INTRODUÇÃO

A ciência se esforça em alcançar resultados providos de valor, isto é, resultados que são corretos a partir do ponto de vista da lógica e com relação aos fatos e resultados que são importantes no sentido do interesse científico, e, mais ainda, que a própria seleção do objeto implica numa 'avaliação' (...). Mas trata-se, na realidade, da mais trivial exigência de que o pesquisador e o expositor do resultado da investigação devem de maneira absoluta separar a comprovação dos fatos empíricos das suas próprias avaliações práticas, pelas quais ele julga esses fatos como sendo satisfatórios ou insatisfatórios (Weber, 1992, pg. 369).

Esse trabalho resgata um momento marcante na minha vida acadêmica. Em meados de novembro de 2002 eu me dirigia para a periferia natalense, na zona norte da capital potiguar, munido de alguns questionários e várias questões sobre “política”. Tratava-se do Estudo Eleitoral Brasileiro, o ESEB¹, uma pesquisa pós-eleitoral baseada na amostra probalística da população nas diversas regiões do país. Minha função: aplicar os questionários no bairro de Nossa Senhora da Apresentação e na zona rural do município de São José de Mipibú, a poucos quilômetros de Natal.

Já se pode imaginar as dificuldades de “conversar sobre política” em bairros onde a pobreza afunda seus moradores na teia clientelista tão presente nestas áreas do Nordeste brasileiro. O papel do pesquisador, por mais que ele evidencie sua simples função, adquire os moldes de uma figura messiânica, e / ou o “depósito” de indignações, frustrações, reclamações

¹ A pesquisa, em formato de *survey*, foi financiada pela Capes e Fapesp e envolveu, inicialmente, o DATAUFF (Núcleo de Pesquisa e Informação da Universidade Federal Fluminense) e o CESOP/Unicamp. Após a saída do coordenador geral da pesquisa, Alberto Almeida, do DATAUFF, os créditos do ESEB também migraram para o FGV-Opinião.

etc². O *metier* da aplicação de questionários exige, para além da metodologia adotada, uma sensibilidade aguçada, capaz de buscar, sempre, pontos comuns que aproximem o estranho – nós – ao entrevistado. No meu caso, a principal estratégia foi a identificação de estudante, disposto a conhecer a opinião dos moradores daquele bairro sobre a “política”, ressaltando sempre o meu papel de mero instrumento da opinião dos entrevistados e não alguém que estava ali a testar conhecimentos. Não foi fácil. A carência de informações ou a resistência para conversar sobre “essas coisas” tornou-se um duro obstáculo, vencido, aos poucos, após sucessivas visitas.

Em alguns casos duvidei da “aplicabilidade” do questionário. Isso porque a linguagem contida no mesmo apresentava certa inadequação à realidade dos entrevistados. E, de acordo com a metodologia adotada, o aplicador do questionário não poderia improvisar, no sentido de adequar a linguagem do *survey* às diversas singularidades regionais do país. Ora, se o objetivo principal da pesquisa era a opinião do brasileiro, buscou-se, então, homogeneizar os símbolos presentes no universo político e social das cinco regiões do Brasil. O risco da adoção dessa linguagem uma desembocou em algumas situações embaraçosas ou constrangedoras, como perguntar a uma dona de casa que havia apenas concluído o primeiro grau, 26 anos, esposa de um pedreiro desempregado, moradora de um bairro pobre da periferia natalense, se “o português é a única língua falada” pela família (questão 186, pg. 33).

O formato de perguntas estimuladas acaba, de certa forma, induzindo o entrevistado a opinar formalmente³. Ao bater em suas portas busquei, como pesquisador, extrair ao máximo e

² Quanto a isso, “... certos pesquisados, sobretudo entre os mais carentes, parecem aproveitar essa situação como uma ocasião excepcional que lhes é oferecida para testemunhar, se fazer ouvir, levar sua experiência da esfera privada para esfera pública” (BOURDIEU, 1997, pg. 704).

³ É claro que um pré-teste de aplicação do questionário ameniza a distância entre a opinião real e a opinião formal do entrevistado, mas, em alguns casos, não é suficiente.

nos limites do questionário, o *mundo político* desses cidadãos, amenizando as distâncias entre os “mundos lingüísticos”.

O que busco agora é compreender, a partir dos dados levantados pelo ESEB, a relação entre o voto e a democracia, na direção da efetividade de uma crença democrática no país. Abordo, assim, um ponto fundamental do ESEB: a importância e o valor do voto para melhor compreender o conteúdo da democracia brasileira. Os estudos sobre esse tema tendem a uma análise comparativa entre os variados países e / ou diferentes períodos. Assim, dos *surveys* realizados, principalmente nos Estados Unidos (National Election Studies) e na Inglaterra (The British Election Studies), foi construído o modelo do ESEB.

Segundo Rose, “uma vez que *a democracia é um símbolo*, ela é um verdadeiro ‘borrão de tinta’ que os indivíduos podem interpretar como quiserem; portanto, formular a pergunta direta – *Você é a favor ou contra a democracia?* – é impróprio” (2002, pg. 3). Mais uma vez o instrumento de pesquisa com o qual eu estava munido me parecia inadequado⁴. Pude perceber isto através dos gestos⁵ e, principalmente, do silêncio dos entrevistados, que, estimulados (ou induzidos?) a responder uma das opções anunciadas, acabavam expressando (ou não) seu “apoio” ao regime democrático.

A partir do momento em que o ESEB se propõe a “medir” uma determinada variável da democracia, sou levado, quase que instintivamente (ou cientificamente?), a tentar ultrapassar a simples mensuração dessa variável; e questionar de forma simples e direta: o que estamos dispostos a medir? Para Sartori,

⁴ Três questões falavam diretamente da democracia. A primeira delas: *de uma maneira geral, o(a) Sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) ou não está satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?* (questão 19, pg. 4). Logo depois: *a democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo. O(a) sr(a) concorda ou discorda dessa afirmação? Muito ou pouco?* (questão 22, pg. 4). E a terceira: *na sua opinião a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo ou em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia?* (questão 90, pg. 14).

⁵ Coçar a cabeça, por exemplo, desviando o olhar como quem busca uma explicação que não lhe é familiar.

a formação dos conceitos vem antes da quantificação (mensuração), e a condiciona. Eis porque não tem muito sentido elaborar sistemas formalizadores de relações bem definidas (isto é, de modelos matemáticos), se não saímos da névoa de conceitos qualitativos mal definidos onde nos encontramos (1997, p. 218).

Tantos por cento dos entrevistados do ESEB estão satisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil; outros tantos concordam que a democracia é a melhor forma de governo – pelo menos melhor que a ditadura. Mas, qual a democracia intrínseca nas perguntas e nas respostas do Estudo?

A questão que fundamenta e intitula o presente trabalho ganha relevância, na medida em que busca relacionar a *idéia* de democracia – contida nos dados e nos conceitos abordados – e a crença racional do voto. Entendo, portanto, que a pergunta direta “o que é democracia?” não pode revelar por si só o nível de racionalidade democrática do caso brasileiro. Da maneira como se apresenta no Estudo, a democracia aparece, ou como *idéia* ou como um *conceito vago*. Ou designa um significado subjetivo e inteligível, ou melhor, algo não mensurável cientificamente, ou “um conceito que *denota* mal ou pouco, porque não isola seu referente ou não discrimina o que contém” (Ibidem, p. 46).

É lógico que, no momento em que existe uma comparação entre a democracia e a ditadura, no enunciado da questão noventa, pode-se aproximar de uma definição mais clara da mesma. No entanto, é apenas uma aproximação. Não é suficiente para cercar a *idéia* de parâmetros científicos plausíveis.

A própria teoria da democracia implica uma vastidão de conceitos diferenciados que, por vezes, ultrapassa o campo da ciência e invade o terreno pantanoso das ideologias. Assim, faz-se necessário apresentar a seguinte hipótese:

- Identificar os traços característicos da nossa democracia e do conteúdo de nossa *crença democrática* a partir da interpretação que os entrevistados apresentam acerca do voto.

Meu esforço, neste trabalho, centra-se na tentativa de caracterizar qual democracia está implícita no Estudo Eleitoral Brasileiro. Desse modo, a pergunta que baliza o ponto de partida da pesquisa pode ser feita da seguinte forma: é possível mensurar, objetivamente, através dos dados do ESEB, a importância do voto na percepção do eleitor brasileiro?

Grosso modo, a democracia pode ser percebida em três dimensões ligadas e, até certo ponto, dependentes entre si. Uma está ligada ao mundo teórico, à elaboração de conceitos filosóficos e científicos sobre o fenômeno democrático. Outra é a dimensão institucional dos regimes ditos democráticos e refere-se às garantias constitucionais, através das leis, de determinados “valores democráticos”. E há, ainda, aquela que se refere às representações sociais que os cidadãos têm da democracia – presente na *racionalidade democrática*. Está intimamente ligada aos valores partilhados socialmente, e à concepção do universo político⁶. É sobre a primeira e a terceira dimensão que trata esse trabalho. Procuro pensar a representação social da democracia a partir da racionalidade do voto, à luz das discussões que permeiam as teorias que influenciaram e foram influenciadas pelo *mundo democrático*.

No primeiro capítulo explico a metodologia adotada pelo ESEB, tendo como referência a experiência de campo. A aplicação do questionário me permitiu adotar uma visão

⁶ É importante frisar o papel dos meios de comunicação de massa na definição desse *universo político*, ainda que esse tema seja negligenciado nas preocupações centrais do presente estudo.

in lócus da coleta dos dados do ESEB. Seguirei, ainda neste capítulo, analisando o perfil dos entrevistados do Estudo – idade, escolaridade, região e etc.

No segundo capítulo busco problematizar o meu objeto de estudo, abordando uma discussão sobre a teoria democrática. Privilegio dois autores fundamentais para o entendimento dos limites do conceito de democracia: Joseph Alois Schumpeter e Robert Alan Dahl. O primeiro fornece um conceito fundamentado em traços realistas das instituições e dos regimes democráticos vigentes à época. Analiso a idéia de *povo* intrínseca no seu modelo e procuro discutir o seu aparente minimalismo. Já da análise dahlsiana, procuro utilizar o conceito de *poliarquia*, buscando extrair o modelo de análise. A ênfase nestes dois autores justifica-se pela inegável influência de suas teorias para os estudos da ciência política, principalmente, ou mais notadamente, entre aqueles que se baseiam em pesquisas quantitativas, como o ESEB. Procuro, assim, questionar e ultrapassar a operacionalização mecânica do *método democrático* e da *poliarquia*, privilegiando os dois conceitos para interpretação do conteúdo da nossa democracia.

No terceiro capítulo retomo os dados da pesquisa e me detenho ao conteúdo do questionário, privilegiando as questões que se ativeram à importância do voto. Para encerrar, faço o tratamento dos dados, utilizando o *dilema dos prisioneiros*, relacionando-o à idéia de *confiança interpessoal* e aplicando aos dados sobre a importância do voto. Chego, assim, ao *índice de racionalidade democrática*.

Concluo a pesquisa apostando na possibilidade de um modelo de análise que resulta do “conflito” positivo entre a racionalidade democrática e a importância do voto no Brasil, confrontando o “racionalmente desejado” com o “racionalmente observado”.

CAP. I O ESTUDO ELEITORAL BRASILEIRO

Para começar, eu gostaria de falar sobre a importância da sua participação nessa pesquisa. Sabemos que muitas coisas têm que melhorar no Brasil, por isso é importante que o(a) Sr(a) participe dando suas opiniões e idéias. Só com a colaboração das pessoas será possível conhecer melhor as diferentes regiões do país e suas necessidades. Esta pesquisa é realizada a cada quatro anos e neste ano o(a) Sr(a) está entre os 2000 brasileiros selecionados. Ao final da entrevista todos os entrevistados receberão um brinde-surpresa. Suas opiniões serão utilizadas apenas para fins dessa pesquisa e garantimos que não haverá nenhum tipo de identificação individual dos entrevistados (Questionário do ESEB - apresentação, pg. 1).

É possível, a partir do ESEB, observar os princípios da cientificidade nos estudos da política? Unir argumentos para responder a essa questão empreende o pano de fundo deste capítulo. Óbvio que o leitor não se dará totalmente por satisfeito com os argumentos que seguirão, não é essa a pretensão deste tópico. A preocupação é ilustrar como a técnica quantitativa de pesquisa pode servir aos preceitos metodológicos da ciência política, mas, também, apontar os seus limites.

Um conhecimento específico e esquemático sobre o comportamento político no Brasil apresenta uma dificuldade da qual deduzimos facilmente suas causas. A extensão territorial sem dúvida nos vem logo à cabeça. Porém, há mais obstáculos no caminho do que essa dificuldade. As pesquisas comparadas em ciência política partem sempre do centro para as periferias, ou seja, o modelo institucional da dita “civilização” é observado nos países com instituições democraticamente e historicamente estabelecidas na direção dos sistemas políticos

menos avançados ou menos “civilizados” historicamente. Mas essa afirmação se dá *a priori*, amarrando a visão do cientista político que enxerga a periferia com a perspectiva do centro.

Vejamos a afirmação de Sartori:

No “terceiro mundo”, e nos chamados “países em vias de desenvolvimento” encontramos sociedades que, comparativamente às nossas, são “sociedades sem Estado”: estruturas políticas informes, ou pelo menos difusas e não especializadas. Daí uma diluição da política, que reflete a tentativa de lhe dar uma definição mínima, válida para qualquer agregado humano (inclusive para o “sistema político” dos esquimós) (1997, p. 200).

Nas palavras acima citadas encontramos pelo menos dois tipos de “sociedade” e, conseqüentemente, dois tipos de “sistemas políticos”: o sistema-modelo e os sistemas-imperfeitos. O que o autor busca é um método de análise que permita ao pesquisador comparar as sociedades centrais e as periféricas. E isso se dá através da mensuração de conceitos “capazes de viajar”, eis o desafio da ciência política comparada: garantir parâmetros conceituais para a análise de dois ou vários sistemas políticos com sensíveis diferenças culturais, históricas e, conseqüentemente, institucionais. Procura-se, ainda, zelar pela objetividade, evitando o “cientificismo” e o “politicismo”: “numa extremidade a ciência devora a política; na outra, a política devora a ciência. Os dois extremos se tocam, e se transformam um no outro: a obrigação do verdadeiro politicólogo é evitar que isso aconteça” (Ibidem, p. 2001).

Ocorre o que Sartori define como uma *diluição da política*, que é, justamente, o reflexo do processo de *globalidade* da mesma. A idéia de “mundo” parece se renovar, adquirindo uma amplitude objetiva e também subjetiva⁷. Porém, verifica-se uma dificuldade, ou um entrave

⁷ Ver Sartori (1997), pgs. 209-215.

metodológico, que diz respeito à maneira como tornar o “mundo” compreensível – do ponto de vista da política – a partir de conceitos “capazes de viajar”. Mesmo que haja uma horizontalidade sincrônica no controle comparativo, ou seja, mesmo que os sistemas postos em comparação pertençam a um mesmo período histórico, o “desenvolvimento” diferenciado dos mesmos neutraliza esse tipo de *controle*. Vejam: “(...) vale dizer que há sistemas políticos pertencentes a fases diversas de consolidação e estruturação: sistemas embrionários e indiferenciados, ao lado de outros extraordinariamente sedimentados e complexos (pelo menos para o observador ocidental)” (Ibidem, p. 211).

A inspiração weberiana sustenta a idéia de *secularização*, não só do sistema social como um todo, mas através de um processo que se cristaliza e se evidencia no comportamento e nas instituições políticas. Segundo Almond, um “processo pelo qual os indivíduos vão se tornando cada vez mais racionais, analíticos e empíricos na sua atuação política” (1979, p. 35). Existe, portanto, uma *escala de diferenciação* das estruturas políticas que condiciona fortemente os procedimentos científicos da política. Os exemplos que ilustram os dois pólos dessa escala não raramente envolvem os Estados Unidos, um sistema fortemente diferenciado, e um bando primitivo⁸, um grupo de beduínos e até mesmo os esquimós, grupos em que as funções políticas parecem concentradas em uma ou poucas mãos.

O caminho lógico da abordagem e análise de sistemas políticos que se encontram em posições variadas nessa *escala de diferenciação* necessita de uma base científica objetiva. Mas, objetiva do ponto de vista do “observador ocidental”, a menos que existam, no “bando”, estudiosos que adotem a mesma perspectiva objetiva encontrada nos sistemas fortemente diferenciados. Esse parece ser, atualmente, o *caminho correto* dos estudos da política. Eis o

⁸ ALMOND, G. e POWELL, C. B. O sistema político. In: CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. (orgs.) **Política e Sociedade**. São Paulo: Ed. Nacional, 1979, p. 41-42.

“*pra quê serve?*” o ESEB: para produzir dados objetivos, através da verificação de conceitos – “capazes de viajar” – universais sobre o *mundo da política* no Brasil.

Meu objetivo não abrange nem, simplesmente, uma perspectiva comparada, nem, tampouco, uma leitura superficial dos dados do ESEB, mas um questionamento de como se produz dados consistentes para tocarmos o comportamento político dos cidadãos comuns. Ouso, assim, empreender uma análise reflexiva do “*pra quê serve?*” e “*como serve?*” o ESEB, uma tentativa de compreensão dos pressupostos da pesquisa quantitativa.

A seguir, abordarei a estrutura, o formato e o conteúdo do Estudo Eleitoral Brasileiro, para além dos próprios dados do *survey*. Procurarei enxergar, no *metier* da aplicação do questionário, a produção de dados científicos sobre política no Brasil.

Breves considerações sobre a técnica da pesquisa

A utilização do *diário de campo* como recurso metodológico é mais comumente encontrado nos estudos antropológicos e em atividades jornalísticas. No caso do ESEB, o próprio questionário supre (ou substitui), inicialmente, a necessidade de uma análise pautada na observação qualitativa. Ora, não se trata da análise de um fenômeno específico que esteja desperto no universo político. O Estudo se propõe a analisar manifestações evidentes do comportamento político dos brasileiros, mas se limita à coleta quantitativa das opiniões políticas, trazendo à tona uma série de questões que se encontram adormecidas no cotidiano dos cidadãos comuns⁹. A aplicação dos questionários do ESEB me permitiu observar os aspectos positivos e negativos do choque provocado por essa “invasão” do cotidiano.

⁹ Aldé (2004) nos proporciona uma interessante análise acerca da idéia do que seja um cidadão comum.

As *anotações de campo* inspiram esse tópico, na tentativa de identificar as expectativas e o comportamento de quem pergunta e de quem responde o denso questionário do Estudo Eleitoral Brasileiro. Procurarei, a partir de uma visão da técnica da pesquisa, observar os limites e as vantagens do *survey*.

O treinamento que antecedeu a coleta de dados restringiu-se às noções básicas dos procedimentos usuais da pesquisa quantitativa, além da leitura do questionário. Alguns “pesquisadores” se intrigaram com o formato das perguntas, mas se convenceram que os critérios de cientificidade justificavam a abordagem de variáveis sólidas, que permitissem a leitura comparativa dos significados da política.

A listagem dos domicílios foi o primeiro contato com o *campo*. Já aí, pude encontrar os primeiros incômodos, ou pelo menos, pude perceber as primeiras manifestações de curiosidade dos moradores. Criou-se, a partir de então, uma relação de expectativas entre o pesquisador e o pesquisado. Ouso definir dois “tipos puros” de cada, baseado nas motivações de um e de outro. Como se tratam de *tipos puros*, me ancoro num caráter subjetivo da pesquisa, mas acredito que o tipo de relação estabelecida no momento da aplicação do questionário pode influenciar objetivamente a estrutura da mesma. Por isso o treinamento é importante, na medida em que empreende uma abordagem positiva e ideal para o preenchimento do questionário. Apenas notem, a seguir, que a situação ideal sugere, também, uma relação ideal de expectativas.

O pesquisador, o pesquisado e a busca das “verdades”

Como afirmo acima, a pesquisa de campo sugere uma relação ideal de expectativas que envolvem dois sujeitos ativos: o pesquisador e o pesquisado. Por “ideal” entendo as condições objetivas de métodos e técnicas que visam a *neutralidade*, alcançada a partir de uma linguagem formal e impessoal e de uma definição clara dos instrumentos utilizados. O resultado da pesquisa está diretamente condicionado à utilização de uma postura neutra do pesquisador. Eis o primeiro tipo ideal, o pesquisador neutro, dotado de uma linguagem formal, atento à leitura e ao preenchimento do questionário, de postura clara, evitando a inibição do entrevistado¹⁰. Enfim, alguém com o objetivo de despertar, a partir dos recursos disponíveis (o questionário), os significados do mundo da política.

Óbvio que o treinamento e a experiência de campo nos permitiram alcançar a neutralidade suficiente para não perdermos as rédeas da “cientificidade”. Contudo, é preciso observar o comportamento do entrevistado. O bom resultado da pesquisa está, também, diretamente ligado ao comportamento deste. O desejado é que o entrevistado encontre-se à vontade para responder o questionário, sem a expectativa de estar sendo testado. Aí reside, a meu ver, o principal obstáculo da aplicação do questionário: a expectativa de estar sendo testado, que gera a necessidade de responder “acertadamente”.

O tipo ideal, portanto, pode ser definido como um diálogo formal e impessoal entre o pesquisador neutro e o entrevistado despreocupado com a falsa idéia de “acerto”. Todavia, não muito dificilmente, podem-se observar outros tipos de situações de pesquisa: o entrevistador que visa, tão somente, o preenchimento do questionário, sem um entendimento maior do conteúdo das perguntas e do formato do mesmo; e o entrevistado que se preocupa em

¹⁰ Por vezes, utilizei tal expressão de forma não muito precisa. Refiro-me à aplicação de questionário e não a uma entrevista aberta, semi-estruturada, qualitativa, etc. Contudo, escorregarei algumas vezes na imprecisão dos termos.

“acertar” ou, por algum motivo, acelerar o tempo da aplicação. Não raro, escutei a frase “eu não sei responder nada sobre política”. Ainda que eu buscasse amortecer o choque das expectativas, pairava, vez por outra, no decorrer da aplicação, a expectativa de “acertar”, ou o medo de responder “erradamente”, principalmente entre os entrevistados de meia idade e de escolaridade mais baixa. Em dois casos mais evidentes pude perceber que o papel subalterno que as mulheres exerciam em casa parecia impedi-las, no sentido de não se sentirem *autorizadas* a “falar sobre política”. Tanto o medo de “errar”, como a expectativa de “acertar” fazia com que alguns entrevistados acabassem escolhendo aleatoriamente as opções de respostas.

Esse é um tipo de dificuldade que nos distancia da “verdade” dos entrevistados. É importante ressaltar que o papel do “supervisor” parece no mínimo desnecessário. O trabalho deste limitava-se em visitar alguns entrevistados e fazer-lhes perguntas sobre a aplicação e sobre quem aplicou o questionário. Creio que seja fictício porque se a entrevista fora realizada numa expectativa de erros e acertos, a atuação do “supervisor” apenas reforçará a distância em relação às “verdades” dos entrevistados.

Preservando um ambiente de neutralidade e proporcionando ao entrevistado o conforto necessário para responder às perguntas, o pesquisador conseguirá atingir o objetivo da pesquisa, que é alcançar ou se aproximar ao máximo das “verdades” dos cidadãos comuns. Só através da aproximação máxima a tais “verdades”, terão atingido o comportamento político desses cidadãos. A partir daí, pode-se compreender, em sentido weberiano, os tipos de atitudes e o conteúdo das crenças políticas que caracterizam a democracia brasileira. Aron (1982) ilustra bem a idéia weberiana em que me apoio:

A ação científica é (...) uma combinação da ação racional em relação a um objetivo e da ação racional em relação a um valor, que é a verdade. A racionalidade resulta do respeito pelas regras da lógica e da pesquisa, respeito necessário para que os resultados alcançados sejam válidos (p. 466).

Discutir, portanto, a técnica de pesquisa utilizada no Estudo Eleitoral Brasileiro encontra relevância na medida em que a busca de quem aplicou o questionário foi pela “verdade” de quem respondeu. E a busca de quem vai lidar com os dados do ESEB é pela compreensão dos resultados válidos, ou seja, das “verdades” do universo estudado.

Procurei apontar alguns limites do formato e da técnica utilizada no ESEB, apostando que a discussão crítica dos procedimentos de pesquisa em ciência política proporciona um campo cada vez mais maduro e seguro do ponto de vista da objetividade. Apostando, ainda, que o próprio Estudo revela dados significativos com uma roupagem acadêmica para além das pesquisas de opinião, o que implica, para os estudiosos da política no Brasil, um arsenal empírico de fundamental importância.

A escassez dos dados científicos limita, inclusive, o próprio desenvolvimento teórico da disciplina. Não raro alguns especialistas relacionam as análises dos regimes políticos às variáveis socioeconômicas. Isto porque, segundo Dahl (1997), os dados socioeconômicos são relativamente satisfatórios, de onde os pesquisadores encontram uma maior “solidez” para testar suas hipóteses. Entretanto, o politicólogo norte-americano apostava na superação desse problema:

A precariedade de dados pode ser perfeitamente superada nos próximos anos em decorrência de diversos estudos atualmente em curso. Entrementes, construir perfis para um grande número de países seria, creio eu, emprestar uma validade espúria a uma exploração teórica que necessariamente

repousa, hoje em dia, sobre um alicerce de dados bastante modesto (1997, p. 194).

Sartori também observa essa “abundância” de dados socioeconômicos:

Os dados nos são necessários; se são quantificados, melhor; se muito numerosos, melhor ainda. A maioria dos dados desse tipo são as estatísticas socioeconômicas: daí a difusão horizontal e periférica da política, que nos conduz a ver *onde* ela nasce, e não *onde* ela se coagula (1997, p. 200).

O problema, continua o cientista político italiano, é que “partindo de dados econômicos e sociais chegamos forçosamente a explicações econômico-sociais” (Ibidem). Essa foi uma característica dos efeitos da *revolução behaviorista* no desenvolvimento histórico da ciência política. O método não autônomo implica uma visão periférica da política, de uma maneira tal que, segundo a crítica levantada por Sartori, os cientistas políticos behavioristas não conseguiram enxergar o *epicentro* do sistema político.

Neste sentido, o Estudo Eleitoral Brasileiro é um instrumento fecundo para as análises em política no Brasil, e análises comparadas com outros países. O formato e o tipo de abordagem de temáticas, que fornecem ao estudioso um instrumento para “testar” hipóteses e avaliar conceitos, fazem do ESEB uma fonte objetiva e maleável das principais características do *universo político* brasileiro. O olhar crítico sobre o *survey* nos permitirá atingir a busca de um ordenamento científico dos dados sobre a política, enraizados na percepção e nas crenças dos cidadãos comuns.

Após enxergar a técnica da pesquisa através da análise objetiva da produção dos dados, procurarei limitar o trabalho a uma leitura da democracia intrínseca nas respostas, a fim de explicitar o conteúdo de nossa *crença democrática*. Antes de discutir a maneira pela qual a

racionalidade democrática se encontra, enraizada ou não, nas crenças e nas percepções do universo da política dos brasileiros, faz-se mais adequado nos ambientarmos ao Estudo. Abordarei brevemente o instrumento de pesquisa e seguirei analisando o perfil do universo pesquisado pelo ESEB.

O questionário

As 192 questões do ESEB implicam, na verdade, mais de 250 perguntas, visto que, muitas vezes, os subitens de algumas questões pediam novas respostas. Isso o torna um instrumento mais difícil de lidar e, na mesma proporção, um material mais rico em informações coletadas. O formato proporcionou, ainda, um preenchimento fácil: círculos nos números correspondentes às respostas dos entrevistados, o que proporcionava ao aplicador uma atenção maior no entrevistado.

A *política* é o primeiro assunto abordado, seguindo até o final, quando as perguntas referem-se ao *perfil dos entrevistados*. A direção do voto em eleições passadas e para os diversos cargos políticos antecede a percepção dos entrevistados acerca do nível de satisfação com o funcionamento da democracia no país. O tema ulterior faz referência à identidade partidária, seguido de algumas perguntas que testam o conhecimento dos cidadãos em relação às principais lideranças políticas¹¹. E segue o questionário com as seguintes abordagens temáticas: as opções dos veículos de comunicação e seus produtos jornalísticos; a participação política; a confiança nos líderes específicos, nas instituições e a confiança de uma maneira geral; os principais problemas do país; a importância e a definição do voto; a

¹¹ Por exemplo: “O(A) Sr(a) poderia me dizer o nome do governador do estado do Rio Grande do Norte?” (questão 51, p. 9).

corrupção; e os temas polêmicos, como o aborto e a opinião acerca das “minorias” (as mulheres, os homossexuais e os “pretos”).

Em algumas questões o universo das perguntas encontrava-se distantes do universo dos entrevistados. Durante a aplicação dos questionários, percebi que alguns temas abordados pareciam estar sendo discutidos pela primeira vez, causando-me a sensação de que, finalmente, aqueles cidadãos comuns sentiam-se, de fato, *autorizados* a falar sobre temas que antes ocupavam pouco ou nenhum espaço nas suas preocupações cotidianas. Neste caso, a reação dos entrevistados foi tanto positiva quanto negativa. Enquanto alguns se sentiam à vontade para, finalmente, opinar sobre as questões políticas, outros estavam tão distantes do *universo político* que respondiam apenas formalmente às questões, como se sensibilizassem simplesmente em preencher o questionário e não em opinar sobre “essas coisas”.

Alguns aspectos do universo estudado

O ESEB foi realizado nos período pós-eleitoral do ano de 2002 em todos os estados do país – além do Distrito Federal. A distribuição, por região, ficou da seguinte forma:

Tabela 01
Região do país

	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Norte	83	3,3	3,3
Centro-Oeste	148	5,9	9,2
Nordeste	621	24,7	33,9
Sudeste	1335	53,1	87,1
Sul	325	12,9	100,0
Total	2513	100,0	

Fonte: ESEB 2002

O ponto de referência da pesquisa foi a população brasileira, daí a distribuição dos entrevistados encontrar uma maior concentração no Sudeste, com 53,1%, e no Nordeste, com 24,7%. As regiões Norte e Centro-Oeste juntas (9,2%) alcançaram menos que os 12,9% da região Sul. Isso requer um cuidado. Os objetivos deste trabalho visam uma análise comparativa das cinco regiões. O “cuidado” reside na atenção ao fato de que a amostra é nacional, portanto, não é a população regional a referência estatística em questão. Noutras palavras, a distribuição é representativa para a população brasileira, as oitenta e três entrevistas realizadas na região Norte, por exemplo, não são representativas dessa região. Os dados maleáveis do ponto de vista comparativo são referentes à população brasileira, o que nos permite a comparação apenas entre o Brasil e outros países. Conseqüentemente, terei apenas uma ilustração comparativa, para uma melhor explicação do modelo de análise que seguirá no terceiro capítulo. Ou seja, não possuem força explicativa, mas força ilustrativa. Continuemos com outros dados significativos do perfil:

Tabela 02
Idade por faixa etária

	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
16 a 24	471	18,7	18,7
25 a 34	549	21,9	40,6
35 a 44	596	23,7	64,3
45 a 59	545	21,7	86,0
60 ou mais	351	14,0	100,0
Total	2513	100,0	

Fonte: ESEB 2002

Tabela 03
Escolaridade

	Frequência	Percentual	Percentual cumulativo
Sem instrução	201	8,0	8,0
Até 4a. série	667	26,5	34,5
De 5ª. a 8a. série	540	21,5	56,0
2o. grau	783	31,2	87,2
Superior ou mais	322	12,8	100,0
Total	2513	100,0	

Fonte: ESEB 2002

Da primeira faixa etária (16 a 24 anos), 59,8% concluíram o segundo grau e apenas 0,6% declarou não ter instrução. Com diploma superior, são 10,9% desses jovens. Entre os que têm 60 anos ou mais, a maior parte (46,4%) estudou até a quarta-série e 26,2% são analfabetos. Na faixa etária entre 35 e 44 anos encontra-se o maior Percentual de pessoas com o superior completo (27,4%), enquanto, apenas 8,7% dos que atingiram o último grau de instrução, entre as variáveis apontadas no Estudo eram de pessoas com mais de 60 anos. Os números revelam, ainda, que a educação no país enfrenta um processo de concentração entre as três variáveis intermediárias, o que nos leva a crer, a médio prazo, na superação dos índices de analfabetismo, um fenômeno pouco percebido entre os mais novos (ver anexo I).

Parcela considerável dos entrevistados é composta de empregados assalariados (36,1%) e de trabalhadores autônomos (23,7%). As donas de casa figuram em 12%, os aposentados 7,4% e 6,8% declararam estar desempregados. Na População Economicamente Ativa, encontram-se 68,8% dos entrevistados e outros 31,2% fora desse estrato. Dos que trabalham, 38,3% afirmaram ter um regime de trabalho de 8 horas/dia, 15,1% de 10 horas/dia e 12,5% um regime de 12 horas/dia de trabalho. A maioria dos trabalhadores está inserida no setor terciário da economia (72,4%).

As mulheres são a maioria, 52,9%. E o estado civil do universo estudado assim se distingue:

Tabela 04
Estado civil

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
Casado(a)	1077	42,9	42,9	42,9
Solteiro(a)	653	26,0	26,0	68,9
Divorciado(a)	76	3,0	3,0	71,9
Separado(a)	152	6,0	6,0	77,9
Viúvo(a)	189	7,5	7,5	85,4
Amigado(a)	366	14,6	14,6	100,0
Total	2512	100,0	100,0	
NR	0	,0		
Total	2513	100,0		

Fonte: ESEB 2002

Percebam que somados os casados e os “amigados” encontram-se 57,5% dos pesquisados. E o número de filhos com menos de dezoito anos é consideravelmente pequeno: 23% não têm filhos, 20,5% têm apenas um filho e 17,6% tem dois filhos menores de idade. A escola pública é o principal acesso à educação (63,3%), enquanto 16% estudam em escolas particulares. No que diz respeito à saúde, os hospitais públicos e os postos são o “destino” de 64,8% quando necessitam de tratamento ou atendimento médico.

A religião católica ainda predomina: 69,8%, enquanto apenas 15% declararam ser evangélicos pentecostais (11,5%) e não-pentecostais (3,5%). No que se refere ao nível de religiosidade, a maioria afirma ser pouco religiosa (42,7%).

Quanto à cor da pele segundo as categorias do IBGE, o Percentual válido assim se configura: preto (11,5%), pardo (30%), branco (50,4%), amarelo (3,5%) e índio (4,6%). Óbvio que essa classificação é feita pelo entrevistado. As categorias lhes são apresentadas e é pedido

que ele(a) se defina em uma destas. De acordo com a leitura dos outros dados anteriormente apresentados, e até mesmo com um olhar mais atento para a formação histórica das raças no Brasil, a hipótese mais lógica a sustentarmos acerca do tema era que os negros e pardos. Porém, do cruzamento entre as variáveis cor da pele e região, percebemos um branqueamento nas regiões Sul (72,3%) e Sudeste (58,6%) e constatamos nas outras regiões uma maior parte que se define “pardo”: Norte (57,9%), Centro-Oeste (39,7%) e Nordeste (43,3%).

Agora, dados interessantes daquilo que chamarei de “existência social”: 47,6% declararam não possuir conta bancária; 6,3% não possui CPF; entre os que não têm certidão de nascimento estão 10,8% dos entrevistados – desses, a maior parte (63,3%) está na região Sudeste; e apenas 3,3% sem carteira de identidade.

O universo estudado parece conseguir atingir a característica comum dos cidadãos brasileiros: níveis de escolaridade médios, faixa etária mediana, acesso público à saúde e educação, distribuição regional da população, entre outros fatores abordados. Parece-nos um retrato fiel, ou pelo menos, estatisticamente fiel do perfil dos brasileiros.

O ESEB parece ter conseguido atingir em cheio um perfil comum, um cidadão típico. A essas alturas já me é conveniente mergulhar no mundo da teoria da democracia, na tentativa de problematizar e ancorar a base conceitual do mundo democrático. Será o pano de fundo do capítulo seguinte. Espero proporcionar uma discussão que me permita retornar ao cidadão típico, buscando compreender os significados da política e a racionalidade democrática do voto no Brasil.

CAP. II**A DEMOCRACIA COMO MÉTODO E A POLIARQUIA COMO META**

“... eis que os níveis se confundem; as barreiras erguidas entre os homens cedem; dividem-se os domínios, partilha-se o poder, as luzes se difundem, as inteligências se igualam; a estrutura social torna-se democrática e o império da democracia estabelece-se, enfim, pacificamente, nas instituições e nos costumes” (TOCQUEVILLE, 1973, pg. 187).

A democracia não pode ser tomada como um conceito puramente universal, tendo em vista a heterogeneidade do termo e as diferentes experiências históricas [e culturais] dos regimes democráticos. Como bem escreveu Finley, “a história das idéias nunca é apenas a história das idéias; é, também, a história das instituições, da própria sociedade” (1988, p. 24). Paul Hirst vem reforçar a desconfiança com a universalidade da democracia: “Não existe ‘democracia’ no singular, o que existe é uma variedade de doutrinas da democracia e uma variedade de mecanismos políticos e processos de decisão ditos democráticos” (1992, p. 31).

Apesar disso, em um ponto, os estudiosos da democracia e a vasta maioria dos cientistas sociais contemporâneos convergem: é ela a melhor forma de governo. Tomados por esse “axioma”, alguns estudos empíricos, baseados, muitas vezes, em pesquisas de opinião, buscam avaliar o nível de satisfação ou a “adesão democrática do público de massas” (MOISÉS, 1992, p. 40). Essa adesão democrática nada mais é que a expressão de valores fundamentados nas categorias igualdade e liberdade, que reflete a *cultura política democrática* de determinada sociedade ou determinados grupos sociais.

A discussão acerca da democracia implica numa vasta literatura, desde uma concepção filosófica aristotélica – que enxergava a democracia como o mau governo da maioria (ou melhor, no “governo dos pobres”) que representava um perigo às liberdades políticas¹² -, passando pela chamada *doutrina clássica*, que ancorava a vontade das maiorias na idéia de *governo republicano*¹³, até chegarmos ao modelo procedimental decorrente da teoria schumpeteriana; à teoria da poliarquia, que abstrai a democracia a um ideal e analisa a proximidade / distanciamento das “democracias efetivamente existentes” a este *limite teórico-conceitual*; e, finalmente, às teorias que trataram de criticar a *concepção liberal* e apontar uma “saída” *participacionista* para os limites da *democracia representativa*.

As divergências ilustram os vários adjetivos ao termo, que expressam não apenas correntes teóricas, mas também modelos institucionais. Dos modelos clássicos, democracia liberal, clássica, direta, protetora e desenvolvimentista. Dos modelos contemporâneos, democracia legal, competitiva elitista, pluralista e participativa (HELD, 1987, p. 4). A experiência histórica demonstra que, a partir do século XIX, a chamada democracia ocidental - moderna, liberal, representativa¹⁴ - vem ocupando um espaço hegemônico nas idéias e no *modus operandi* das instituições políticas¹⁵. A *consciência democrática* - oriunda desse universalismo do princípio da autonomia dos governados – se opõe às alternativas autoritárias e, mais ferozmente, no embate ideológico contra as revoluções socialistas que transcorreram no século XX.

¹² “Para Aristóteles, o perigo inerente à democracia era que o governo pelos pobres se deteriorasse em governo pelos interesses dos pobres” (FINLEY, 1988, p. 26). É importante frisar que Aristóteles considerava ainda o bom governo da maioria, que ele denominava de *politéia*.

¹³ Ver Rousseau, 1983.

¹⁴ Encontramos, em alguns textos acadêmicos uma imprecisão conceitual e uma tendência a generalizar a multiplicidade dos modelos teóricos em dois campos opostos: a democracia direta e a democracia indireta.

¹⁵ A explicação óbvia para tal hegemonia se inscreve no fato de ser inexequível ampliar, aos níveis atenienses, a participação de uma sociedade industrial nos negócios de Estado.

Não convém fazer um resgate exaustivo da teoria da democracia, tendo em vista a discrepância entre a amplitude teórica do tema e uma definição clara do alcance do presente trabalho. Isso não implica que se devam abandonar as contribuições da *teoria clássica*, ou de autores como Sartori, Finley, Hirst, Held, entre outros. Todavia, o foco da abordagem neste capítulo, está em observar a construção do conceito em dois autores fundamentais para os estudos da ciência política moderna: Joseph Schumpeter e Robert Dahl.

Acredito que, num determinado período do desenvolvimento da própria ciência política, a teoria da democracia entra numa espécie de colapso, na medida em que se percebe uma inadequação entre as novas democracias oriundas do desenvolvimento do capitalismo – observadas, inicialmente, nos países desenvolvidos – e as explicações correntes das teorias clássicas.

Sartori (1997) destaca o processo de cientifização da ciência política, aludindo à *revolução behaviorista* o momento em que a ciência e a política se encontram num mesmo terreno fértil. A investigação e o caráter experimental e operativo de tal revolução dotou os estudos da política de um nível de cientificidade compatível com a concepção epistemológica hegemônica de *ciência*. Dentro desta perspectiva, justifico a arbitrariedade do meu referencial teórico: a concepção schumpeteriana rompeu com a tradição da filosofia política e dotou de realismo impressionante a análise da democracia. É bem verdade que o economista não ancora suas hipóteses numa análise sistemática dos caminhos institucionais [e sociais] na direção da democracia. Ele, fundamentalmente, descreve a alma do sistema democrático que se atrela ao desenvolvimento do capitalismo. Não se trata, simplesmente, da *democracia como forma*, mas da *democracia como ela é*, ou pelo menos, como Schumpeter observa que é.

O outro autor que proponho analisar mais a fundo permite-nos uma viagem para além da simples observação empírica, sem que a abstração teórica nos tire os pés do chão. Dahl expõe um esquema teórico que se baseia profundamente nas instituições (normas) e se insere na cultura (condições) dos regimes políticos.

Os estudos acerca da democracia se dotam da necessidade de uma explicação empirista, ou, pelo menos, de uma teoria da democracia que emane da realidade dos sistemas políticos vigentes. Daí a ênfase que dou à delimitação teórica do trabalho. Eis porque Schumpeter e Dahl fundamentam as discussões teóricas acerca da democracia. O primeiro rompeu com a concepção filosófica, ainda que tenha permanecido preso a esta, na medida em que se preocupou mais em negar as raízes filosóficas da idéia de democracia do que em elaborar um esquema de análise autônomo – isso fica evidente quando identificamos o argumento do autor submerso em outras áreas do conhecimento, mais notadamente na psicologia social. Já o segundo autor evita se enroscar no mundo filosófico ou ideológico e dirige seu olhar não só para um conceito específico, mas também para um esquema de análise autônomo e objetivo do ponto de vista da ciência e do ponto de vista da política.

Enfim, encontramos na leitura desses dois autores o que podemos chamar *modelos limpos*¹⁶ da democracia. Ou seja, percebemos definições que carregam certa “pureza conceitual”. Assim, busco suprir a necessidade de uma discussão teórica capaz de fundamentar a análise do ESEB, acreditando que a influência da concepção dahlsiana e schumpeteriana da democracia são traços marcantes do Estudo e das análises que se valeram dele.

¹⁶ Hirsch, Michaels e Friedman levam a cabo essa discussão entre os modelos limpos, em referência à economia, e as mãos sujas que caracterizavam a sociologia. Os autores buscam a construção de uma ponte que ligue as duas disciplinas, ancorada nas deficiências das mesmas e resultando de uma visão “dialética” entre estas. A ciência política “surge”, ao meu ver, como uma ciência capaz de suprir a esterilidade dos *modelos puros* e o “ensaísmo” demasiado das *mãos sujas* (2003, pg. 121).

Desse modo, a discussão que levanto a seguir tem um caráter seletivo, na medida em que se concentra com mais fervor nos modelos elitista-competitivo – Schumpeter - e pluralista - Dahl. O estudo das análises descritiva e normativa possibilitará, além de caracterizar a *democracia*, enxergar *como é e como deveria ser* percebido o fenômeno democrático.

A “oposição teórica” a tais modelos exprime-se, fundamentalmente, nos estudos marxistas e nos defensores da democracia participacionista. Os canhões dessa oposição apontam mais claramente para a “visão minimalista” de Schumpeter. Contudo, as balas atingem também o pluralismo dahlsiano. E a pólvora desses canhões reside, além da herança do modelo marxista, na visão de um espaço constante de luta de classes e disputa pela hegemonia nas estruturas do Estado [ampliado]; e na crítica participacionista que bate de frente com a concepção pluralista segundo a qual a “pouca participação política é necessária para o funcionamento bem sucedido da democracia” (HELD, 1987, p. 178). Todavia, deixo claro que não buscarei revisar a fundo tal literatura, nem tampouco polemizar em torno das indisposições teóricas acerca da democracia.

Nas páginas a seguir não me preocuparei em alcançar, em um grau máximo, a variedade e a complexidade da discussão acerca da teoria da democracia. Abordarei uma leitura crítica dessas duas concepções com o objetivo de problematizar o Estudo Eleitoral Brasileiro.

“Historicismo” schumpeteriano? Uma leitura do método democrático

Abordaremos o conceito de democracia presente na análise schumpeteriana, buscando apontar alguns questionamentos acerca do *método democrático*, entendido por Schumpeter como “um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo

adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor” (1984, p. 328).

David Held, em *Modelos de democracia*, dedica algumas páginas à análise do economista austríaco¹⁷ e afirma:

Ao contrário das principais tendências da teoria política desde a época clássica, ele procurou libertar o pensamento sobre a natureza da vida pública do que considerava ser um excesso de especulação e preferências normativas arbitrárias. Sua tarefa primária era explanatória: o relato da forma como a democracia funciona (1987, p. 149)

O pensamento schumpeteriano acerca da democracia caracteriza-se por um forte traço realista¹⁸, uma análise baseada nas *ações políticas* e na *mentalidade pública*. O autor busca desconstruir a concepção da *doutrina clássica da democracia*:

A filosofia da democracia do século XVIII pode ser expressada da seguinte maneira: o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade (1984, p. 305).

A partir desta definição, Schumpeter procura anular a validade teórica da *doutrina clássica*, fundamentando-se na fragilidade da idéia de *bem comum* e de *vontade do povo*. Porém, segundo Held, “a noção de que há uma ‘*doutrina clássica*’ (...) não faz muito sentido e deveria ser descartada; existem (...) modelos ‘*clássicos*’. Schumpeter tem sido criticado, com razão, por criar um *homem de palha*” (1987, p. 155-156). A crítica de Held se baseia na

¹⁷ Schumpeter nasceu na cidade de Triesch, na Áustria (atualmente, a cidade faz parte da República Tcheca) em 1883. Mudou-se para os Estados Unidos em 1932 e tornou-se, mais tarde, cidadão americano. Ocupou uma cadeira de docente na Universidade de Harvard e morreu em 1950, aos 67 anos.

¹⁸ A frase “nada há tão traiçoeiro como o que é evidente” (p. 287) aponta-nos, de maneira clara, o realismo do autor.

análise de Pateman¹⁹, que, por sua vez, diz que o economista “não apenas faz uma falsa representação daquilo que os assim chamados de teóricos clássicos tinham a dizer, como também não se dá conta que podem se encontrar duas teorias bem diferentes sobre democracia nos textos deles” (1992, p. 30).

Volto agora à análise schumpeteriana. Porque ele considera frágil a idéia de bem comum e de vontade do povo? Em primeiro lugar porque não há uma base racional que defina a aceitação, por parte do *povo*, de um bem ou a afirmação de uma vontade. Em segundo, haveria diferentes níveis de satisfação ou até mesmo diferentes soluções para casos individuais. Em terceiro, torna-se vazio o conceito de *vontade geral* na medida em que o mesmo “pressupõe um bem inequivocamente determinado e compreendido por todos (...). Tanto a existência quanto a dignidade dessa *volonté générale* desaparecem logo que falha a idéia de bem comum” (Idem, p. 307-308). E ainda, mesmo que identifiquemos de alguma maneira, uma vontade comum ou uma “opinião pública”, o autor observa a carência de unidade e de uma *sanção racional*. Dessa maneira, a noção de *povo* torna-se frágil, na medida em que não possui “personalidade legal”. A representação ou a delegação *do* ou *pelo* povo perde seu sentido jurídico [e político].

Um outro fator no qual Schumpeter ancora sua crítica a *doutrina clássica* refere-se ao tema da “racionalidade”, ou melhor, da irracionalidade. Ao citar Le Bon²⁰ o autor transpõe a irracionalidade das multidões a situações aparentemente racionais: “leitores de jornais, audiências de rádio, membros de partidos políticos” (Idem, p. 313). Há, portanto, um reduzido senso de realidade:

¹⁹ PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

²⁰ Schumpeter refere-se aos estudos de Le Bon acerca do comportamento humano em aglomerações, ou o que se denominou “psicologia das multidões” (p. 313).

O indivíduo fala, deseja, sonha, resmunga. E, principalmente, sente simpatias e antipatias. Mas (...) esses sentimentos não chegam a ser aquilo que chamamos de *vontade* (...). De fato, o cidadão privado que medita sobre a situação nacional não encontra campo de ação para sua vontade nem tarefa em que ele possa se desenvolver. Ele é membro de um comitê incapaz de funcionar (...) e é por isso mesmo que emprega menos esforço disciplinado para dominar um problema político do que gasta numa partida de *bridge* (Idem, p. 318).

O *cidadão típico* assume uma capacidade mental inferior (ou primitiva) quando trata de assuntos políticos. E Schumpeter trata de desfazer a idéia que liga estreitamente a educação a níveis mais elevados de sofisticação política, quando “essa ignorância é ainda mais chocante” (Idem, p. 318). Ao enxergar a *natureza humana na política* como algo primitivo, desinteressado e irracional, a conclusão acerca da *vontade do povo* é que se trata de algo modelado e até mesmo fabricado por grupos políticos, cujos interesses ratificam a dominação. Nesse sentido, “a vontade do povo é o resultado e não a causa primeira do processo político” (Idem, p. 320). E ainda: “nenhuma medida de bom senso retrospectivo alterará o fato de que, na realidade, ele [o povo] nem provoca nem decide casos, mas que os fatos que lhe modelam o destino são habitualmente equacionados e decididos em seu nome” (Idem, p. 323).

Ao referir-se aos “fatos”, Schumpeter aponta-nos mais uma vez o traço realista de sua análise. Ora, se os fatos atestam que o conceito de “povo” não ultrapassa o mero utilitarismo demagógico, o quão ingênua seria uma teoria que ancorasse neste seu argumento principal? Para o autor, a doutrina clássica substituiu ou complementou a fé religiosa - a fé protestante cristã. O *credo democrático* torna-se, então, uma mera abstração, ou um *sistema ideal de coisas*. Contudo, encontramos ainda situações em que a doutrina clássica se ajusta às condições reais. É o caso de sociedades pequenas, primitivas ou de sociedades que não sejam

muito diferenciadas²¹. Ao pensarmos o oposto desses três exemplos o quadro que montamos é de uma sociedade desenvolvida, grande e bastante diferenciada. São situações concretas de sociedades industriais ou desenvolvidas. Eis o contexto do qual emergirão, mais tarde, as teorias pluralistas da democracia²².

Ao definir o *método democrático*²³ Schumpeter enfatiza o poder de escolha do *indivíduo*, negligenciando, neste momento, qualquer tentação de evocar a palavra *povo*. A *teoria do processo democrático* enfatiza ainda o papel vital das lideranças: “os corpos coletivos atuam quase exclusivamente pela aceitação da liderança, que é o mecanismo dominante em praticamente todas as ações coletivas que sejam mais do que simples reflexos” (Idem, p. 328-329). Nessa perspectiva, o papel do líder é central para a democracia, na medida em que este conserva o poder de transformar em fator político as vontades latentes da coletividade. O princípio da competitividade torna-se o regulador dos poderes dos líderes²⁴ e a luta pela liderança política ou a “concorrência livre pelo voto livre” (Idem, p. 329) define, minimamente, a democracia enquanto o *governo dos políticos*.

O papel do eleitorado restringe-se à função de formar o governo e ao poder de dissolver o governo. Porém,

uma vez que o eleitorado normalmente não controla seus líderes políticos, exceto pela recusa de reelegê-los, ou a maioria parlamentar que o apóia, é conveniente limitar nossas idéias a respeito desse controle da maneira indicada na nossa definição. Em certas ocasiões, ocorrem revoluções que derrubam o governo ou um ministro isolado, ou os forçam a seguir uma certa linha de ação. Elas não são apenas excepcionais, mas também (...) contrárias ao espírito do método democrático (Idem, p. 331).

²¹ O exemplo citado pelo autor, neste último caso, é a Suíça (Idem, p. 325).

²² Segundo Nun, “es habitual presentar a Schumpeter como el antecedente inmediato de la denominada concepción ‘pluralista’ de la democracia” (2000, p. 37). Este ponto da análise schumpeteriana evidencia tal ligação.

²³ Ver páginas 11-12.

²⁴ Por isso mesmo, o elemento competitivo é percebido como a essência da democracia (p. 341).

O voto do eleitor reflete a aceitação da liderança e a elegibilidade daquele(s) que conseguiram barganhar a maioria dos votos fundamenta o *princípio da democracia* (Idem, p. 332). Até aqui nos parece clara a construção do conceito de democracia para Schumpeter, em que o procedimentalismo do sistema competitivo em busca do voto do eleitor norteia a visão da *forma* democrática. Entretanto, no momento em que o autor busca *condições para o êxito do método democrático*, torna-se aparentemente contraditória essa visão minimalista..

Alguns trechos da análise schumpeteriana evidenciam esta aparente contradição. Vejamos: “... uma vez que o governo democrático jamais foi implantado por ato isolado, mas evoluiu lentamente, como parte de um processo social de âmbito geral, não é fácil indicar nem mesmo a data aproximada do seu aparecimento” (Idem, nota, p. 336). Na medida em que o governo democrático é parte de um processo social mais complexo, a concepção schumpeteriana perde o seu caráter minimalista e, segundo Nun (2000, p. 30), torna inviável uma conceitualização puramente procedimentalista da democracia.

A pergunta que se coloca é: qual a base histórica pensada por Schumpeter quando este se refere a um *processo social complexo*? Essa questão é a preocupação central da leitura do *método democrático*, todavia, a versão “minimalista” é predominante entre os usos e os estudos da concepção schumpeteriana de democracia.

O processo de transição democrática na América Latina ocorreu com forte influência da concepção de *democracia como um método*. Porém, Nun adverte a leitura simplificada de tal concepção. Segundo este autor, as condições aludidas por Schumpeter para o êxito do método democrático restringem a viabilidade do mesmo apenas em países desenvolvidos; e ainda, a simplicidade da teoria procedimentalista é apenas aparente.

No Brasil, segundo afirmação de Zaverucha,

a vitória da concepção schumpeteriana atingiu os estudos sobre redemocratização (...). Os temas centrais abordados passam a ser sistema eleitoral, sistema partidário, relação Executivo-Legislativo etc. Ou seja, uma agenda política atemporal: o que se estuda em um país como, digamos, a Dinamarca, seria similar ao que se debate no Brasil (2005, p. 28).

Não acredito nessa idéia de “vitória da concepção schumpeteriana”. O processo de construção do objeto de estudo da política perpassa, quase que necessariamente e apenas num primeiro momento, pela influência ideológica e de visão de mundo do pesquisador. No entanto, é um equívoco perceber a definição de temas, pelos estudiosos da política, como um *jogo*. O que é evidente e inegável é que a concepção schumpeteriana mergulha com mais facilidade nas águas do arcabouço institucional das “novas” democracias do ocidente.

Para Nun, “(...) el economista austriaco no creía en el *gobierno del pueblo* pero estaba convencido de que, en ausencia de una serie de requisitos muy precisos, el *gobierno de los políticos* desembocaría (...) en un mero simulacro de régimen democrático” (2000, p. 36).

A dicotomia governo do povo e governo dos políticos permeia a análise de José Nun acerca da democracia. Segundo o mesmo, a democracia deve ser percebida a partir da concepção de *traços de família*. As democracias ocidentais resultam de duas *familias*: Esparta, o berço da democracia representativa²⁵ - o governo dos políticos; e Atenas, alusão simbólica da democracia participativa - o governo do povo. No campo teórico, Nun, preserva tal dicotomia comparando Schumpeter a Marshall²⁶:

²⁵ Parece-me frágil essa analogia da democracia representativa e o modelo espartano. Todavia, esse equívoco da compreensão histórica não anula o conteúdo do argumento do autor.

²⁶ Principalmente no que concerne a concepção marshalliana de *socialismo B*, que “combina los principios de política social propios de los liberales más avanzados con una disposición a confiar en la potencialidad y en la eficacia de la acción del Estado” (p. 56).

En sus análisis de la democracia, Schumpeter e sus seguidores no han abrigado dudas: debe culparse a la idea. Según ellos, ésta probó ser menos rica, menos realista y menos eficaz que las manifestaciones concretas que ha tenido la democracia liberal en los países capitalistas avanzados. En cambio, Marshall y muchos otros críticos de tales manifestaciones concretas han operado con el supuesto inverso, esforzándose por corregir las desviaciones de una práctica que en las sociedades de clase ha tenido constantemente a alejarse de la visión de la democracia como autogobierno colectivo (Idem, p. 164).

De acordo com Nun, não existe incompatibilidade entre democracia representativa e democracia direta. Ao contrário, uma deve complementar a outra. Mas voltemos às aparentes contradições da análise de Schumpeter acerca da democracia. Ele diz:

...a concorrência eficiente pela liderança necessita de muita tolerância com as diferenças de opiniões. (...) essa tolerância não pode e jamais será absoluta. Mas deve ser possível a todo líder potencial (...) apresentar seu caso sem causar desordens. E isto pode exigir que o povo permaneça calmo quando alguém ataca seus interesses mais vitais ou ofende seus ideais mais queridos, ou, como alternativa, que o líder potencial que abriga essas opiniões se abstenha também. Nenhuma das duas atitudes é possível sem um real respeito pelas opiniões dos outros, um respeito que equivale a controlar as próprias opiniões (1984, p. 358).

Tanto a ênfase às condições para o êxito do método democrático como a proposição que mencionamos acima - do respeito pelas opiniões dos outros – remete-nos a uma visão contraditória da análise schumpeteriana. Ora, não podemos negar a semelhança entre a *vontade do povo* e os *interesses mais vitais* ou os *ideais mais queridos do povo*. Há uma mudança significativa na postura do autor ao lidar com o conceito de *povo*. E ainda, o *povo* passa a exercer um certo controle, estabelecendo um campo possível, em que as lideranças possam apresentar suas opiniões “sem causar desordem”. Podemos enxergar aqui uma ressalva

à hipótese de que “a vontade do povo é o resultado e não a causa primeira do processo político”.

Na medida em que o êxito da democracia está estreitamente ligado à unanimidade “na lealdade ao país e aos princípios estruturais da sociedade” (Idem, p. 358), a vontade do povo adquire um papel significativo no processo político. Quando o *povo* se recusa a entrar em acordo, diante de uma situação de conflito, ocorre a falência da democracia. Essa afirmação coloca em questão o papel coadjuvante que Schumpeter alude à idéia de *povo*. Que condições sociais ou que aspectos culturais seriam propícios ao bom funcionamento da democracia na concepção procedimentalista abordada por Schumpeter? Ou melhor, onde está alicerçada, historicamente, essa concepção de democracia?

(...) historicamente, a democracia moderna cresceu passo a passo com o capitalismo e foi dele conseqüência. O mesmo acontece com a prática democrática: a democracia, no sentido da nossa teoria de liderança competitiva, presidiu ao processo de transformações políticas e institucionais, através do qual a burguesia modificou e (...) racionalizou a estrutura social e política que precedeu à sua ascensão: o método democrático foi a arma política dessa reconstrução (Idem, p. 359-360).

O *método democrático* como a “arma política” para ascensão da burguesia parece, a princípio, estranho ao entendimento schumpeteriano da democracia. Temos aqui uma ponderação histórica que os críticos e os seguidores de Schumpeter não levam em consideração. E mais, as conclusões da quarta parte do livro apontam para um sucesso do sistema socialista e uma adoção possível de uma democracia neste contexto - “por questão de necessidade prática, a democracia socialista pode eventualmente tornar-se um logro maior do que foi até hoje a democracia capitalista” (Idem, p. 366). É sabido, contudo, que essa previsão não se confirmou. De acordo com o argumento schumpeteriano, a democracia, entendida a

partir de elementos e mecanismos, tais como “eleições gerais, partidos políticos, parlamentos, gabinetes e primeiros ministros” (Schumpeter *apud* Held, 1987, p. 154) seria o instrumento mais adequado “para lidar com a agenda política das ordens capitalista ou socialista” (Idem *Ibidem*).

A compreensão histórica da democracia aliada ao desenvolvimento do capitalismo, bem como o papel que o autor atribui à burguesia neste “processo de transformações políticas e institucionais” me leva a uma leitura pouco observada do autor. Qual seja: Schumpeter se baseia, profundamente, numa análise empirista, baseada na realidade das práticas políticas e institucionais do ainda novo capitalismo industrial²⁷. O conceito schumpeteriano não é de uma democracia sem um sujeito histórico. Assim é a *política* que nasce do processo de hegemonia burguesa. É, essencialmente, uma descrição e não uma norma²⁸. A adoção de uma visão normativa do *método democrático* segundo Schumpeter reflete, apenas, uma preguiçosa operacionalização do conceito de democracia, o que resulta, a meu ver, num equívoco que atrofia a contribuição do economista austríaco à teoria democrática.

Em abordagem crítica da teoria da democracia em perspectiva comparada, O’Donnell (1998) enfatiza a leitura do modelo minimalista em Schumpeter de acordo com a linha que recorro neste trabalho. Nas palavras do próprio O’Donnell,

se a ‘competição pela liderança’ tem uma relação com os ‘princípios legais e morais da comunidade’, então sua definição do ‘método democrático’, ou de como ele funciona, acaba não sendo tão minimalista quanto poderia sugerir

²⁷ Held aponta que “a concepção de Schumpeter da moderna sociedade industrial tem uma dívida tanto para com Marx, quanto para Weber” (1987, p. 153). De Marx, principalmente, a crença na autodestruição das bases capitalistas. E, como Weber, ele “considerava a aplicação de uma atitude racional e calculista a um número cada vez maior de setores da vida como algo que teria importantes consequências para a natureza da sociedade moderna” (Idem, p. 154).

²⁸ Zaverucha (2005) questiona o caráter *atemporal* da teoria schumpeteriana, o que seria, em outras palavras, essa visão normativa que aponto acima.

uma leitura isolada da célebre definição. (...) Para que o ‘método democrático’ exista, algumas liberdades básicas, supostamente relacionadas com ‘os princípios morais e legais da comunidade’, também devem existir, e na maioria dos casos, com Schumpeter faz questão de enfatizar, ‘para todos’ (1998).

Ainda segundo O’Donnell, o modelo schumpeteriano não se restringe às eleições, mas, ao envolver uma série de condições para o êxito democrático, amplia-se o seu alcance conceitual, para um espaço semelhante ao que Bachrach e Baratz denominam de “tomada de não-decisões, isto é, a prática de limitar o âmbito da tomada real de decisões a questões ‘seguras’, através da manipulação dos valores, mitos e instituições políticas e procedimentos dominantes na comunidade” (1979, p. 43-44). Tomo emprestada essa idéia de “tomada de não-decisões” para enfatizar a importância, por vezes negligenciada, das *condições para o êxito democrático*.

Nessa perspectiva, creio que o conceito de democracia indicado por Schumpeter apresenta um minimalismo aparente. O realismo com que o autor buscou tratar a política deixa brechas para uma interpretação não apenas de *como é*, mas, a partir daí, de *como deve ser* percebido o fenômeno democrático. O autor procura um conceito que descreva a “realidade” e limita a idéia de democracia à luta competitiva de lideranças em busca do voto do eleitor. No entanto, percebe-se, através do próprio Schumpeter, que esse conceito mínimo é insuficiente. As condições sociais e os interesses e ideais do *povo* revelam um processo complexo em que a história das instituições políticas e a cultura exercem um papel primordial na definição de princípios da fundação democrática. E, ao final, notem que a associação entre capitalismo e democracia aumenta, em profundidade histórico-conceitual, os limites do pensamento schumpeteriano.

Contudo, seria um exagero negar que o principal mérito de Schumpeter - a partir do impacto das páginas do vigésimo ao vigésimo terceiro capítulo de *Capitalismo, Socialismo e Democracia* - está na aproximação realista com o *universo político*, o que nos leva a pensar a democracia como uma *forma*, tal como ela é. E “ela”, de fato, não nasce de postulados vazios, mas de um processo histórico complexo, ligado, intimamente, à dinâmica da sociedade industrial.

Poliarquia, um modelo normativo?

Robert Dahl, um dos mais influentes pensadores da ciência política, através do conceito de *poliarquia*, buscou construir um modelo teórico baseado em condições que ampliam a participação política dos cidadãos e estabelecem limites aos poderes dos líderes. Se Schumpeter descreve a democracia tal como ela é, Dahl abstrai a democracia a um ideal e passa a analisar os regimes que se aproximam ou se afastam desse ideal, buscando conformar na idéia de soberania popular o princípio da maioria e a liberdade das minorias. Para o cientista político americano, “a teoria da democracia continua a ser (...) sumamente insatisfatória, seja ela considerada de caráter essencialmente ético ou basicamente como uma tentativa de descrever o mundo real” (DAHL, 1989, p. 9). Ele aponta, já na década de 50, a existência de várias teorias da democracia como uma dificuldade para os estudiosos do fenômeno democrático. Se há uma definição mínima, é, segundo ele, que “a teoria da democracia diz respeito a processos através dos quais os cidadãos comuns exercem um grau relativamente alto de controle sobre os líderes” (Ibidem, p. 11).

Numa interpretação apressada dos escritos de Dahl chego a seguinte afirmação: a democracia, de fato, não existe! O efeito provocativo dessa afirmação tem a finalidade de incitar uma análise mais cuidadosa da substituição do termo *democracia* por *poliarquia* – conceito que influenciou, marcadamente, os estudos sobre as democracias ocidentais, democracias modernas, ou democracias liberais.

As poliarquias são pensadas pelo autor como regimes incompletamente democratizados (1989, p. 31). Na perspectiva dahlsiana, a democracia se desloca do mundo real para o mundo ideal. A finalidade passa a ser a poliarquia. É importante frisar que o *ideal democrático* implica uma situação de perfeito equilíbrio entre participação e igualdade política, de um lado; e respeito à liberdade das minorias de outro. Dessa maneira, a democracia é percebida como um limite inexequível e sua “versão” empiricamente possível é o que o autor denomina de poliarquia, “regimes relativamente (...) democratizados, ou, em outros termos, são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (1997, pg. 31).

Dahl, ao deslocar o conceito de democracia para o mundo ideal, evita algumas dificuldades terminológicas bastante visíveis na teoria democrática. Vejamos: segundo Sartori, “quando usamos a mesma palavra, somos facilmente levados a acreditar que estamos falando da mesma coisa. No entanto, a respeito da ‘democracia’, isso implica passar por cima de mais de dois mil anos de mudanças” (1994, p. 35). Ao colocar a palavra democracia entre aspas, Sartori sugere que a universalidade do termo implica uma compreensão apressada do fenômeno. Porém, logo depois, ao analisar a democracia da antiguidade, ele invoca a pureza do termo, falando de uma “democracia literal, onde os governantes e os governados estavam lado a lado e interagiam uns com os outros face a face” (Idem, p. 37). Assim, reconhece na

democracia antiga (ou direta) o sentido literal do termo, ou melhor, reconhece o regime grego como o mais próximo possível da “democracia literal”. Contraditoriamente, Sartori diz mais à frente: “faz realmente pouco sentido para nós atribuímos a nosso conceito de democracia o significado que teve para os gregos do século V a.C.” (Ibidem, pg. 52). Como, então, atribuir um sentido literal a um conceito fortemente arraigado na dinâmica dos processos históricos e culturais? A democracia moderna, liberal, ou indireta, que experimentamos atualmente, seria uma versão capenga do sentido literal do termo? Esse é um exemplo do que eu chamei de dificuldades terminológicas.

Não procuro aqui “condenar” a análise de Sartori que, definitivamente, não se limita aos trechos citados – é bem mais complexa e consistente. A intenção é apenas demonstrar como o termo *democracia* é escorregadio. Deslocando a democracia para o mundo ideal, Robert Dahl evita as *mãos sujas*, ou o *borrão de tintas* que o termo carrega consigo. O modelo dahlsiano sugere mecanismos de maximização, um sistema operacional capaz de proporcionar, ao máximo, uma aproximação com o *ideal democrático*.

Em *Um Prefácio à Teoria Democrática* (1989) pode-se perceber, mais claramente, a construção do conceito de *poliarquia*. Cito acima que o ideal democrático resulta do perfeito equilíbrio entre participação e igualdade política, de um lado; e respeito à liberdade das minorias de outro. Utilizarei a dualidade entre *igualdade e liberdade* para me referir aos dois campos “conflitantes” da teoria democrática. Dahl separa esses dois campos, preocupando-se, nos dois primeiros capítulos, em desconstruir, respectivamente, a teoria madisoniana – que tem como centro de suas preocupações a preservação da *liberdade* das minorias, diante da possibilidade da tirania da maioria; e a teoria populista – que conserva, como preocupação central, a *igualdade* entre os cidadãos, fundamentada no princípio da maioria. O autor

conserva e qualifica as preocupações das duas teorias, buscando conformá-las conceitualmente a um ponto tal que se possa atender teórica e empiricamente a essas preocupações. Dos limites das duas teorias nasce o conceito de *poliarquia*.

A preocupação com a liberdade das minorias e, logicamente, com a tirania da maioria, está presente na análise da teoria madisoniana da democracia:

o que vou chamar de teoria ‘madisoniana’ de democracia constitui um esforço para se chegar a uma acomodação entre o poder das majorias e o das minorias, entre a igualdade política de todos os cidadãos adultos, por um lado, e o desejo de lhes limitar a soberania, pelo outro (1989, pg. 13).

Vale destacar que o que Dahl percebe como democracia em Madison trata-se do conceito de *república*. O autor procura driblar essa dificuldade terminológica:

(...) nos dias de Madison o termo ‘democracia’ era menos comum do que nos nossos. Até certo ponto, ele se vinculava ao igualitarismo radical; era também ambíguo porquanto muitos autores o definiram de maneira a significar o que hoje chamaríamos de democracia ‘direta’, isto é, democracia não-representativa. O termo ‘república’ era usado com maior frequência para se referir ao que nós nos sentiríamos mais inclinados a denominar de democracia ‘representativa’ (Ibidem, pg. 18).

Vejam que a democracia, nos tempos de Madison, vinculava-se, de acordo com Dahl, a um *igualitarismo radical*. Finley observa que a *democracia*, “na antiguidade foi igualmente uma palavra cujo uso por muitos escritores representava uma forte reprovação. Assim a palavra desapareceu do vocabulário popular até o século XVIII, quando infiltrou-se novamente, como termo pejorativo” (1988, pg. 23). As novas democracias do século XX e, especialmente, as chamadas teorias elitistas da democracia re-significaram o termo e

diversificaram o alcance do conceito, fazendo com que o conceito perdesse uma conotação puramente pejorativa.

No caso de Madison, a democracia, percebida como um regime de radical igualitarismo deveria ser evitada. Isso não está explícito nas páginas do texto dalhsiano, mas posso afirmar que, no ambiente de “igualdade democrática”, a *tiranía da maioria* era bem mais provável de acontecer do que numa *república não-tirânica*. Cheguei ao eixo central da preocupação madisoniana, ao que Dahl chama de *hipótese 1*: “na ausência de *controles externos*, qualquer dado indivíduo, ou grupo de indivíduo, *tiranizará* os demais²⁹” (1989, pg. 14). Essa preocupação - evitar a *tiranía da maioria* – estará presente nas reflexões de Dahl acerca dos sistemas políticos. Tomarei essa questão com maior profundidade mais adiante. Voltemos a Madison, à sua definição de *república*: “é um governo que deriva todos os seus poderes direta ou indiretamente do grande corpo do povo e; é administrado por pessoas que exercem seus cargos enquanto assim agradar ao povo, por período limitado ou enquanto tiverem bom comportamento” (Idem, pg. 18).

Dahl destaca ainda duas condições para a existência de uma república não-tirânica. A primeira refere-se a uma não-acumulação dos poderes legislativo, executivo e judiciário nas mesmas mãos. A segunda diz respeito ao controle das facções de uma maneira tal que não possam afetar contrariamente os direitos de outros cidadãos ou os “interesses permanentes e comuns da comunidade” (Idem, pg. 19). Para o controle de uma facção menor que a maioria o a votação no corpo legislativo é suficiente para inibir qualquer eventual potencialidade

²⁹ Para tomar nota: *controle externo* “consiste na aplicação de recompensas e penalidades ou na expectativa de que serão aplicadas por alguma outra fonte que não ele mesmo” (1989, pg. 15); e tirania “é toda grave privação de um direito natural” (Ibidem). Segundo Dahl, o alto nível de abstração da idéia de “direitos naturais” é uma das grandes dificuldades da análise madisoniana, uma vez que essa idéia carece de uma definição empiricamente clara.

tirânica. Já para uma facção da maioria, o controle é garantido “se o eleitorado for numeroso, variado em composição e diversificado em interesse” (Idem, pg. 23). Ou seja, é necessário a existência de um conjunto social diversificado, plural na existência de interesses e na defesa destes.

Nesta segunda condição reside, a meu ver, a principal influência da teoria madisoniana na concepção plural da política que caracteriza o pensamento dahlsiano: a existência de *facções*, definidas, singularmente, como “certo número de cidadãos, seja equivalente a uma maioria ou minoria do todo, unidos e motivados por algum impulso comum de paixão, ou de interesses, contrário aos direitos dos demais cidadãos ou aos interesses permanentes e comuns da comunidade” (Idem, pg. 22).

As palavras do próprio Dahl expressam o nível de importância que a idéia de *facções* exerce sobre sua teoria:

... Madison anuncia uma proposição final e de excepcional importância: *amplie-se a esfera e obtêm-se a maior variedade de partidos e interesses e torna-se menos provável que uma maioria do todo tenha um motivo comum para usurpar os direitos dos demais cidadãos, ou, se tal motivo comum existe, será mais difícil (...) que ele atue em uníssono*” (Idem, pg. 23-24).

É essa, portanto, a base da concepção pluralista da sociedade. O pluralismo, sabemos, é uma corrente do pensamento político, e também, um elemento empírico que condiciona e é condicionado pelo desenvolvimento máximo das *poliarquias* existentes.

A existência de vários interesses [sociais, econômicos, culturais e, conseqüentemente, políticos] se materializa numa pluralidade de grupos que competem entre si para fazerem valer seus interesses. O pluralismo é o ponto de equilíbrio das forças sociais. A questão que se coloca é: quem governa num universo plural que tende à poliarquia? Em seu livro *Who*

governs? democracy and power in an american city, Dahl procura responder essa questão, analisando o comportamento de grupos de interesse na cidade de New Haven. É importante frisar a relação ambígua que os líderes políticos mantém com os cidadãos comuns. É essa uma das características fundamentais da “democracia pluralista”:

→ *All head and no body*;

→ *All body and no head*.

Isso significa que o papel de governar é tanto da "cabeça" quanto do "corpo", ou seja, os líderes não exercem unicamente o poder de governar, mas também os cidadãos comuns confluem para o consenso político. É deste processo dialético – em que os diferentes grupos "compartilham" seus interesses em busca de um consenso razoável que defina as decisões de governo – que emergem os sistemas poliárquicos.

Há, todavia, uma ressalva importante: o conjunto de cidadãos dividi-se em dois níveis de interesse e de participação na *vida política*. De um lado, o "estrato político", formado por aqueles cidadãos que pensam, discutem e agem na direção da política, indivíduos que tem como fundamento de sua ação o cálculo e a estratégia. E, de outro lado, há o “estrato apolítico”, caracterizado por indivíduos que direcionam suas ações a partir de seus impulsos e emoções, sem nenhum caráter estratégico, ou até mesmo ideológico.

Dahl ressalta, porém, que o estrato apolítico também “governa”, na medida em que participa seus valores na vida social. Mas é uma ação mais passiva que ativa, o universo

político gira em torno daqueles *politicamente ativos*. Voltando ao *Prefácio à teoria democrática* podemos constatar isso:

... o que habitualmente descrevemos como “política” democrática é meramente a casca, a manifestação superficial, representando conflitos superficiais. Anterior à política, por baixo dela, envolvendo-a, restringindo-a, condicionando-a, está o consenso subjacente sobre política que, em geral, existe na sociedade entre a parte dominante dos membros politicamente ativos (1989, pg. 131).

O universo político é o resultado dos interesses de uma minoria dos cidadãos. A formação de uma maioria é para Dahl, pouco mais do que uma expressão numérica, que pode ser o resultado da indiferença ou da aquiescência da maioria dos cidadãos em relação à defesa de interesses de uma ou de algumas minorias, formadas por *membros politicamente ativos* da sociedade.

Nessa distinção entre o estrato político e o não-político da sociedade podemos encontrar um caráter elitista da teoria dahlsiana. Todavia, esse caráter elitista está presente no campo descritivo dos escritos do autor. Ou seja, assim é o *mundo real* e, foi a partir desse mundo, especialmente do “mundo americano”, que Dahl procurou construir o conceito de poliarquia. Porém, fora da discussão sobre o caráter do modelo, esbarro o pensamento dahlsiano, frontalmente, com o *princípio da igualdade*, a partir do momento em que afirmo que existe uma camada da população que ocupa uma posição privilegiada nos rumos políticos da sociedade. Qual a manobra que o autor utiliza para evitar essa colisão? Abordaremos essa questão mais à frente, ao tomarmos a ideia de *intensidade de preferência*.

A leitura dahlsiana do sistema madisoniano o considera inadequado para uma reflexão pautada pelo rigor da ciência política:

Por um lado, Madison aceitava na maior parte a idéia de que todos os cidadãos adultos de uma república deveriam ter direitos iguais garantidos, incluindo o de determinar a direção geral da política pública (...). Pelo outro, ele desejava erigir um sistema político que assegurasse as liberdades de certas minorias cujas vantagens de status, poder e riqueza, acreditava ele, não seriam provavelmente toleradas para sempre por uma maioria não-restringida por liames constitucionais. Daí, as maiorias precisavam ser constitucionalmente controladas (1989, pg. 33).

Para Dahl, essa necessidade de controle das maiorias tem, na concepção madisoniana, um caráter ideológico, faltando-lhe uma cientificidade capaz de responder adequadamente, na medida em que o controle da maioria choca-se com a soberania da maioria. Ele afirma que “ninguém (...) jamais definiu a democracia como significando que uma maioria quereria ou deveria fazer tudo aquilo que sentisse desejo de realizar” (Idem, p. 43). A restrição ao *poder da maioria* é, segundo Dahl, uma preocupação que permeia a teoria democrática. A questão que se coloca é: como restringir? São três as restrições apontadas:

- 1- (...) *restrições internalizadas no sistema de comportamento individual, tal como a consciência e outros produtos da doutrinação social;*
- 2- *Controles sociais recíprocos, de vários tipos;*
- 3- *Controles constitucionais* (Idem, p. 43).

Antes de nos apontar, através do conceito de poliarquia, como conformar essas formas de controle, Dahl procura ainda dissecar o que ele chama de teoria populista da democracia. Os postulados de tal teoria emergem de dois elementos – a soberania popular e a igualdade política - e uma regra: o princípio da maioria. Para Dahl,

... dadas a soberania popular e a igualdade política como únicas metas, deve ser condição necessária o suficiente à política pública que ela se conforme às preferências do maior número de cidadãos (eleitores ou legisladores). Contra isto, o argumento madisoniano afirma, como inferência ética, de suas suposições básicas, que a conformidade com as preferências do maior número de cidadãos deve ser uma condição necessária, mas não suficiente, à política de governo (Idem, p. 48).

Dahl afirma sua posição crítica em relação à teoria populista, afirmando que sua essência “consiste apenas em relações lógicas entre postulados éticos. Nada nos diz sobre o mundo real” (Idem, p. 54). A postura crítica de Dahl em relação à teoria populista tem como foco central a incompatibilidade entre *intensidade de preferência* de um lado e *o princípio da igualdade política* e da *soberania popular* de outro. Retomo agora a discussão sobre essa “colisão”.

A questão que se coloca é: como conformar, categoricamente, o fato de que uma minoria pode preferir intensamente uma política x em relação a uma política y, que, por sua vez, é preferida apenas ligeiramente pela maioria dos cidadãos adultos? É possível adotar, no exemplo, a preferência da minoria – a política x? Na acepção de Dahl, a teoria populista da democracia, ao estabelecer a soberania da maioria ancorada na Regra (é assim que ele chama o princípio da maioria) ignora uma série de custos presentes no “mundo real”:

A igualdade política e a soberania popular não são metas absolutas. Temos que nos perguntar o quanto de lazer, privacidade, consenso, estabilidade, renda, segurança, progresso, *status* e provavelmente muitos outros objetivos estamos dispostos a renunciar em troca de um aumento adicional de igualdade política. É fato observável que quase ninguém considera a igualdade política e a soberania popular como valendo o sacrifício ilimitado desses outros adjetivos (Idem, p. 53).

É inevitável questionar: a quem o autor está se referindo quando utiliza o “nós” - *nos perguntar* ou *estamos dispostos*? - Dahl, de certa forma, toma emprestada esta visão, através da qual ele pensa o “mundo real”. Não é, definitivamente, uma análise de classe, é mais uma visão de classe, daqueles que possuem lazer, estabilidade, status etc. Quem são? Definir o sujeito destes objetivos não é uma preocupação dos escritos dahlsianos. Isso me leva a crer que, num dado momento da análise do autor, há um forte elemento ideológico, traçando, de maneira clara, uma visão elitista do mundo político e não ultrapassando o caráter ideológico dessa preocupação em Madison. Contudo, enveredar por esse lado da discussão implica desviar bastante do foco do trabalho, de forma tal que este parágrafo já explicita a leitura crítica acerca do trecho citado. Acho suficiente perceber que a preocupação com a tirania da maioria está intimamente ligada a essa visão do mundo político. Porém, como demonstrarei mais à frente, essa não é uma postura definitiva no restante da obra do autor.

Como se percebe, a preocupação madisoniana – da tirania da maioria – está muito presente na concepção de Dahl sobre o mundo político e o problema da *intensidade de preferência* assume um papel vital na sua teoria. Santos³⁰ aponta o “contraste” entre dois momentos da teoria dahlsiana:

³⁰ SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poliarquia em 3D. Dados*, 1998, vol.41, no.2, p.207-281.

Conforme se lê em *Polyarchy*, discordância de opiniões decorre (...) de diferenciação de interesses, o que, em democracias, gera o estímulo à participação em múltiplos grupos de pressão, freio à radicalização dos conflitos e garantia de vigência do axioma de que a institucionalização poliárquica resulta do saldo favorável da tolerância em face dos custos da coerção de persuasões diferentes. Em *After the Revolution?*, a atenção parece estar dirigida, por contraste, à circunstância em que as opiniões superam, em *intensidade* de adesão, os custos de tolerar contraditórios. Assim, se entre os ingredientes dos custos de coação se incluir a intensidade das preferências, recai-se, parece, na situação favorável ao autocratismo antipoliárquico em que os custos da repressão são inferiores aos custos da tolerância.

Creio que em *Um prefácio à teoria democrática* já se pode encontrar as respostas, ou melhor, apontar a contradição que fundamenta a preocupação de Santos (1998). No capítulo IV, *Igualdade, Diversidade e Intensidade*, Dahl coloca em questão alguns elementos: igualdade política e princípio da maioria de um lado e direitos das minorias, de outro. O ponto central deste “contraste” refere-se ao que chamo acima de preocupação madisoniana. Volto ao texto dahlsiano:

Será possível construir um sistema para se chegar a decisões que sejam compatíveis com a igualdade política e, simultaneamente, defenda os direitos das minorias? (...) Transformando o “mais preferido” no equivalente ao “preferido pela maioria” ladeamos deliberadamente um problema crucial: o que acontecerá se a minoria preferir sua alternativa muito mais ardentemente do que a maioria prefere a alternativa contrária? Fará ainda sentido o princípio da maioria? (1989, p. 93).

Vejam que Dahl atenta para a preservação da liberdade das minorias, sub-julgando o princípio da maioria e, conseqüentemente a igualdade política. Agora a ponderação: é fácil constatar, entretanto, a mudança de postura do autor norte-americano, no decorrer de sua obra, principalmente no que concerne a questão das desigualdades. Segundo Hirst,

Curiosamente, Dahl – embora seja um dos principais arquitetos da teoria poliárquica – é também um expoente da democracia de participação. Numa série de textos, especialmente *After the Revolution?*, (1970) *Dilemmas* e *A Preface to Economic Democracy* (1985), ele defendeu a adequação da democracia de participação a jurisdições locais menores e a autogestão de empresas de tipo cooperativo (1992, p. 57).

O texto de Hirst (1992) é interessante, na medida em que contextualiza uma certa mudança de postura de Dahl, resgata a importância do seu pensamento para as novas concepções do processo democrático e se opõe à crítica marxista ao pluralismo dahlsiano:

É lamentável que os marxistas tenham gasto tanto tempo denegrindo e deturpando sistematicamente teorias promissoras e rigorosas como a de R. A. Dahl. Mais lamentável ainda porque o teórico em questão, longe de ser um reacionário empedernido, situa-se bastante à esquerda no espectro político norte-americano (p. 66).

Em *Um Prefácio à Democracia Econômica* Dahl (1990) deixa evidente a [aparente] mudança de postura ao lidar com o embate entre a igualdade e a liberdade:

Irei sugerir (...) que o capitalismo de sociedades anônimas e o socialismo burocrático tendem a produzir desigualdades em recursos sociais e econômicos tão grandes, a ponto de ocasionar violações graves da igualdade política, e, daí, do processo democrático, e que devemos considerar se uma alternativa mais compatível com os valores democráticos não poderia ser encontrada (p. 55).

Dahl propõe um *sistema de empresas autogeridas* (Idem, p. 91), como o mecanismo mais apropriado para reduzir as desigualdades econômicas e, assim, estender os valores democráticos, pautados na igualdade de recursos. Ou seja, é uma maneira de ampliar uma lógica democrática igualitária, reduzindo, drasticamente, a contradição entre a igualdade política, assegurada constitucionalmente, e a desigualdade econômica, envolta, falsamente,

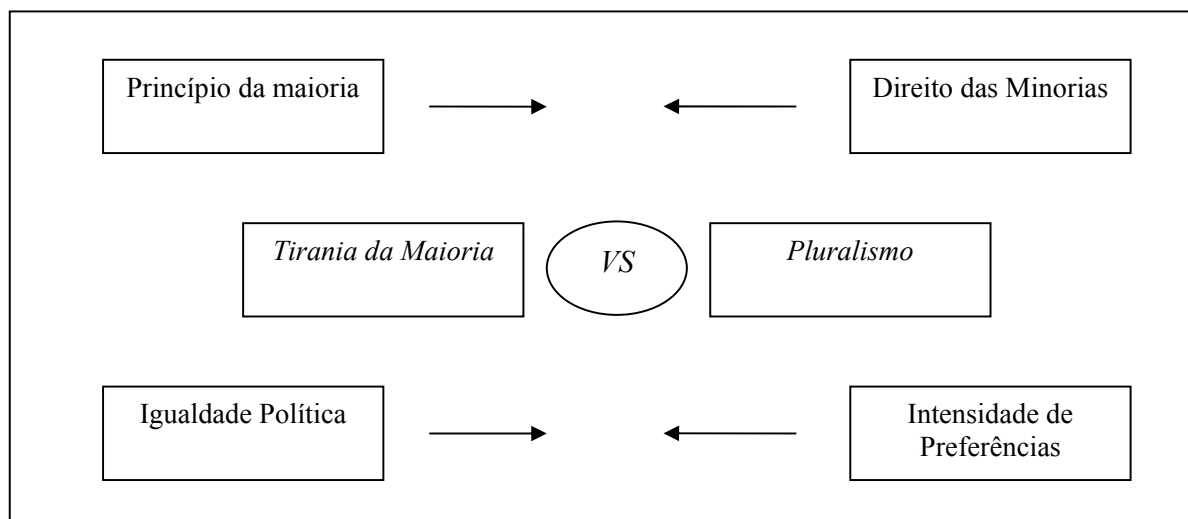
pelo véu da “liberdade”. O embate ideológico entre socialismo e capitalismo é reduzido à simples “controvérsias teológicas” (Idem, p. 123) e o modelo cooperativista na gestão de empresas é apresentado como alternativa democrática ao *capitalismo de sociedades anônimas*. Segundo Held (1987, p. 183), há, além de um forte contraste com *Um Prefácio à Teoria Democrática*, uma concessão do autor norte-americano às teorias marxistas do Estado.

Observem:

... de acordo com neo-pluralistas como Dahl e Lindblom, os grupos de interesse não podem ser tratados como necessariamente iguais e o Estado não pode ser considerado como um árbitro neutro de todos os interesses: as corporações possuem influências desproporcionada sobre o Estado e, portanto, sobre a natureza dos resultados democráticos (Ibidem, p. 185).

Ao enfatizar os textos da primeira fase do autor de *Poliarquia*, corro o risco de cair na irresponsabilidade, ou na injustiça para com esse autor. Todavia, não procuro aqui esmiuçar a sua biobibliografia, mas tão somente perceber a construção do seu conceito fundamental, tornando teoricamente possível a leitura dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro. Assim, retomo, injustamente, a análise do *Prefácio à Teoria Democrática*. De acordo com o esquema apresentado abaixo, exponho os principais elementos que figuram o “ponto contraditório” do texto dahlsiano:

Figura I
A “preocupação madisoniana”



A questão da *intensidade de preferências* é uma pedra no caminho do pensamento dahlsiano: “de nenhuma maneira concebível (...) podemos observar diretamente e comparar a intensidade das preferências sentidas por outros indivíduos” (1989, p. 101). Ainda assim, o autor se utiliza de palpites e postulados para se aproximar da mensuração das intensidades de preferências. E analisa seis possibilidades: o *consenso forte com preferências fortes*, quando uma maioria prefere fortemente uma determinada política; *consenso forte com preferências fracas*, quando uma maioria prefere levemente uma determinada política; o *desacordo moderado simétrico* e o *assimétrico*, em que “as opiniões podem ser mais ou menos igualmente divididas a favor e contra, mas com os números preponderantes preferindo apenas ligeiramente sua alternativa” (Idem, p. 95); e ainda o *desacordo sério simétrico* e *assimétrico* em que as divergências de opinião figuram uma maior impossibilidade de políticas conciliatórias: “quando alguma coisa que se aproxima dessa distribuição persiste, não é provável que nenhuma maquinaria constitucional garanta a aplicação da regra” (Idem, p. 100).

Como, então, arbitrar, do ponto de vista teórico e das práticas políticas, esse embate entre direito das minorias e intensidade de preferência, de um lado; e princípio da maioria e igualdade política, de outro? Dahl utiliza, como teste, a análise de alguns dispositivos constitucionais presentes na política americana, tais como a revisão judicial da legislação, combinada com o veto da minoria e a própria estrutura do senado. E conclui que são insuficientes:

É mais do que claro, lamento dizer, que quando nos restringimos apenas a inferências seguras, não podemos falar com muita confiança de nosso problema. (...) Se estamos à procura de um conjunto de procedimentos que protejam minorias de fortes preferências contra minorias apáticas, se um desses possíveis conjuntos é defendido por apela à experiência passada, e se esta é mostrada como inaplicável porque não podemos interpretá-la com segurança, então somos forçados a considerar as tentativas de defendê-los como, principalmente, preconceitos arbitrários (Idem, p. 109).

A questão continua, deste modo, em aberto. A resposta dahlsiana mais adequada para evitar a tirania da maioria, como sugiro na Figura I, reside na existência de uma base social pluralista. É, portanto, no *governo por minorias* que Dahl localiza o fundamento da poliarquia:

... as características da poliarquia aumentam muito o número, tamanho e diversidade de minorias, cujas preferências influenciarão os resultados das decisões governamentais. Além do mais, essas características evidentemente exerce influência recíproca sobre certo número de aspectos importantes da política: os tipos de líderes recrutados, os tipos legítimos e ilegítimos de atividade política, a faixa de opções e tipos de políticas abertas dos líderes, os processos sociais para disseminação de informações e de comunicação. (...) São nestes e em outros efeitos, mais do que na soberania da maioria, que encontramos os valores do processo democrático (Idem, p. 132).

Mas, como conservar um ambiente pluralista, em que a maioria da população não participa ativamente dos processos de tomada de decisões? A mais grave consequência do

caráter elitista, que apontei anteriormente, é justamente uma apatia política, por parte da maioria dos cidadãos adultos. Apatia esta, intimamente ligada às desigualdades na distribuição de recursos econômicos, sociais e políticos³¹. Dahl toma, com vigor, essa preocupação no que posso chamar de uma segunda fase do autor, como bem frisou Hirst. O autor de *Poliarquia* observa, em *Dilemmas*, que “os recursos desiguais, que permitem às organizações estabilizar a injustiça, permite-lhes também exercer influencia desigual na determinação das alternativas que serão seriamente consideradas” (Dahl *apud* Hirst, 1992, p. 62).

Desse modo, ao conceito de poliarquia, é fundamental considerar uma outra dimensão, ligada às condições econômicas, sociais e culturais de uma determinada sociedade. As desigualdades econômicas e sociais abriram caminho para uma cautela no que diz respeito à aplicação do conceito dahlsiano. O próprio Dahl procura, num certo momento, superar o caráter elitista e suas conseqüências. Para Hirst,

... a poliarquia não é algo que possa ser “escolhido” independentemente das condições sociais estruturais; seria de difícil sustentação numa economia burocraticamente centralizada de um país industrialmente avançado ou num país relativamente pobre do Terceiro Mundo, com imensas desigualdades no acesso à riqueza, à educação e aos meios de comunicação, mesmo que os membros da elites relevantes estivessem comprometidos com os valores democráticos requeridos (1992, p. 61).

A concepção dahlsiana da democracia revela-se em dois momentos, descritos, brevemente, aqui. Um primeiro mais ligado a uma percepção da engenharia dos procedimentos institucionalizados e marcado pelo conceito de *poliarquia*. E um segundo momento, fase em que o autor buscou suprir o espaço vazio entre a operacionalização do seu conceito e a complexidade crescente no universo político observado no(s) *capitalismo(s) de*

³¹ A apatia reflete-se no distanciamento do universo político e na descrença dos cidadãos em relação a efetividade da participação e da representação política, através dos mecanismos institucionais vigentes.

sociedades anônimas. Tentei demonstrar como algumas pequenas contradições da concepção dahlsiana tornam complexa a aplicação de seu conceito.

O ideal da política americana resumia-se, para Dahl, como “aquele em que há alta probabilidade de que um grupo ativo e legítimo da população possa se fazer efetivamente ouvido em algum estágio crucial do processo de tomada de decisões” (1989, p. 141). Aqui percebemos a essência da poliarquia, que a torna universalmente compreensível e consistente para servir-nos de referência conceitual para análise dos fenômenos democráticos.

O método democrático, a poliarquia e o ESEB

Por mais que seja tentador tomar a postura de Hirst quanto à aplicação do conceito de poliarquia, isso acabaria limitando a própria análise. As desigualdades sociais percebidas a olho nu no caso brasileiro já seriam suficientes para afirmar que não vivemos uma poliarquia, ou uma democracia poliárquica. E, a essas alturas, necessito de uma base conceitual sólida para interpretar os dados do ESEB. Mas como, se, desde o início, procurei questionar a “pureza conceitual”, tanto da concepção schumpeteriana quanto da dahlsiana? A apresentação que fiz das duas concepções justifica-se pela necessidade de uma visão mais cuidadosa desses dois autores.

A “aplicação” dos conceitos – do *método democrático* e da *poliarquia* – não pode se realizar de maneira destacada do contexto teórico e histórico dos mesmos. Seria muito simples afirmar “vivemos numa poliarquia”, ou “entendo a democracia a partir da concepção schumpeteriana” e passar para análise dos dados. Todavia, creio que isso implicaria num

abismo entre a teoria e o mundo empírico. Qual seria, então, a principal contribuição desses conceitos para a análise do ESEB?

De Schumpeter, a idéia da *forma* democrática, de um modelo baseado na disputa pela liderança política e, conseqüentemente, uma “visão negativa” do mundo político – poderei observar se e como o *modus operandi* da política influencia essa visão de mundo; a noção de uma reduzida participação e de um reduzido senso [comum] de sofisticação política, por parte da maioria dos cidadãos – afinal, quanto temos de *bestializados, bilontras* (Carvalho, 1989) ou de *sofisticados* (Castro, 1992), do ponto de vista da política?

Ao lidar com as atitudes do cidadão típico brasileiro, a partir dos dados do ESEB, procurarei compreender a dimensão coletiva da nossa “politicidade”, caracterizando não as opiniões individuais, mas, fundamentalmente, a própria racionalidade democrática.

De Dahl, é inegável a contribuição do conceito de *poliarquia*. Mas, busquei entendê-lo a partir de seu contexto teórico, abordando e questionando algumas “brechas” levantadas pelo próprio autor. No caso brasileiro e como instrumento de análise, creio que a *poliarquia* pode ser considerada uma meta. Ora, é fácil negar que todos os cidadãos plenos no Brasil não têm oportunidades plenas de formular, expressar e ter suas preferências igualmente consideradas (Dahl, 1997), dadas as imensas desigualdades sociais. Contudo, procurarei, nas próximas páginas, ultrapassar a superficialidade dessa questão e tentar observar se e como o *pluralismo político* e a *meta poliárquica* são expressos nas percepções dos entrevistados.

Uma pista fundamental do conceito dahlsiano refere-se a duas dimensões que caracterizam e proporcionam a poliarquia: a *contestação pública* e o *direito de participação* (DAHL, 1997). São dimensões que se baseiam, profundamente, nas liberdades liberais clássicas:

Oportunidades de exercer oposição ao governo, formar organizações políticas, manifestar-se sobre questões políticas sem temer represálias governamentais, ler e ouvir opiniões alternativas, votar secretamente em eleições em que candidatos de diferentes partidos disputam votos e depois das quais os candidatos derrotados entregam pacificamente os cargos ocupados aos vencedores etc. (Idem, p. 41).

A análise do ESEB proporciona uma averiguação de como essas *metas poliárquicas* são absorvidas nas percepções dos brasileiros. Para isso, ampliarei meu olhar no capítulo seguinte para a questão da racionalidade do voto, relacionando-a com a idéia de confiança e de crença na democracia. Buscarei relacionar os dados do ESEB à essas duas construções teóricas, pousando a nossa *racionalidade democrática do voto* entre a percepção elitista-competitiva e a pluralista poliárquica.

CAP. III

CONFIANÇA, CRENÇA E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DO VOTO

“Criar *capital social* não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar”
(PUTNAM, 1996, p. 194).

Que tipo de relação pode-se encontrar entre os níveis de confiança e o funcionamento da democracia liberal moderna? Essa pergunta fundamentou a preocupação de diversos especialistas e se apresentou com um maior vigor, a partir da análise que Putnam (1996) empreendeu acerca do funcionamento/desenvolvimento das instituições democráticas na Itália. O conceito de *capital social* pode ser grosseiramente resumido pela idéia de cooperação. Grosseiramente porque não se tratam de sinônimos. Entende-se o *capital social* a partir da idéia de racionalização da cooperação, isto é, quando a cooperação entre duas ou mais pessoas passa a ser não apenas uma situação desejada, mas, também, uma situação previsível.

É preciso levar em conta duas perguntas básicas: o que se entende exatamente por *confiança*? Ou seja: *confiança* do ponto de vista de quem? E o que se entende, exatamente, por democracia? O próximo passo é encontrar variáveis objetivas para ultrapassar as dificuldades apontadas, e só então poderei analisar se é viável e como é viável medir *confiança* e *democracia* a partir dos dados do ESEB.

O recurso da analogia é comum nos trabalhos científicos. A tentativa aqui é esboçar uma idéia que me permita colocar em uma dimensão objetiva o modelo de análise, através do qual procurarei entender como o conceito de democracia pode se encontrar com os dados do ESEB. Imaginem um sinal de trânsito. O que explica a necessidade de existência de um sinal

de trânsito é, primeiramente, a circulação de veículos num mesmo espaço, só que em sentidos diferenciados. A princípio, o sinal serve para que os choques entre os veículos [e entre esses e os pedestres] sejam evitados, o que o remete, conseqüentemente, à função de ordenar o trânsito. No entanto, o que fundamenta a existência do sinal é a confiança que os motoristas têm entre si de que o “outro” conhece as regras estabelecidas.

Em outras palavras, numa situação normal, em que o nível de confiança é consideravelmente satisfatório, os motoristas não precisam olhar para os lados, basta que eles observem os sinais para saberem se precisam parar, seguir ou ter uma maior atenção em relação aos outros. O que assegura o ordenamento do trânsito é a certeza de que a compreensão das regras atinge a coletividade. E essa certeza vai depender, fundamentalmente, da confiança que se tem no “outro”, ou, como dizem alguns autores, da *confiança interpessoal*. Os choques existem, mas ocorrem dentro de um limite que justifica a continuidade dos sinais e, conseqüentemente, um nível satisfatório de *confiança interpessoal*. De outro lado, se boa parte dos motoristas não conhecerem as regras que determinam a função dos sinais de trânsitos, não terá sentido “obedecer-lhes”. Isso, *a priori*, aumenta a possibilidade de batidas, que, por sua vez, é constringida através da aplicação de ações institucionais negativas, como as multas e sanções privativas de liberdade.

Neste caso, a hipótese, apoiada no texto de Putnam (1996), reside na idéia de que a *confiança interpessoal* está para o bom funcionamento do fluxo de veículos, assim como o nível de confiança está para o bom funcionamento dos regimes democráticos. Evidentemente, essa idéia não nos apresenta qualquer novidade, visto que a hipótese aludida já permeou a

análise de vários autores³². Procurarei, neste capítulo, transformar essa hipótese numa afirmação racionalmente válida.

O capítulo anterior suscitou um debate acerca de duas importantes concepções da democracia moderna. Mas, para fazermos deste debate um elo, que articule o meu olhar aos dados do ESEB, é preciso encontrar um ponto comum, não para definir exatamente o que é a democracia, mas para distingui-la, para caracterizá-la fortemente. Tanto na democracia elitista e competitiva como no sistema poliárquico, inclusivo e aberto à contestação pública, encontramos no voto, além de um requisito empírico que sustenta as duas teorias, um princípio comum às duas concepções. O voto é essencial para assegurar a competição democrática e não menos para garantir o funcionamento dos regimes poliárquicos. Com isso não pretendo reduzir a explicação do que é a democracia a partir da idéia mínima do voto, tal postura não estaria condizendo com a análise teórica das páginas anteriores.

O sufrágio universal não é o sinônimo da democracia. Mas é um traço comum que proporciona a análise comparativa entre os ditos regimes democráticos. O voto representa mais que um pressuposto mínimo e, embora não explique, por si só, a própria democracia, acaba assegurando um ritual *democrático por excelência*. Notem a seguinte definição:

A democracia é um regime político: (a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; (d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares estão sob controle civil (MAINWARING; BRINKS e PÉREZ-LIÑÁN, 2001, p. 645).

³² Ver, especialmente, LOPES, Denise M. N. Nascimento. **Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina**. *Opinião Pública*, maio de 2004, vol. 10, n. 1, p. 162-187.

Percebam que o voto está relacionado às quatro características ou funções presentes na definição. E, mesmo sem possuir um poder explicativo do fenômeno democrático, ou poliárquico, não há motivos para não compreender o voto enquanto o “coração” da moderna democracia liberal.

Desse modo, pareço-me impedido de chegar a um conceito exato de democracia, visto que o olhar do pesquisador estará sempre voltado para aquilo que torna os diferentes sistemas políticos *semelhantes*. As *dissemelhanças* são quase que involuntariamente abandonadas pelos limites do próprio desenvolvimento da ciência política. Todavia, se por um lado eu reconheço não poder atingir exata e objetivamente o conceito de democracia, por outro, aposto na convicção de que o modelo de análise a ser proposto permitirá ao comparatista encontrar, naquilo que caracteriza fortemente o mundo democrático, o lugar exato em que o sistema político se encontra numa *escala de abstração*: entre aquilo que se acredita “democratizado” e aquilo que se acredita o oposto da “democratização”.

Não serão os sinais o que procurarei explicar. Pretendo traçar um modelo de análise que nos permita compreender a importância que os entrevistados dão à existência do voto enquanto valor e do voto enquanto mercadoria. E, ainda que o objetivo deste trabalho não alcance a perspectiva comparada, argumentarei a favor da possibilidade de utilizar tal modelo para comparar o nível de confiança dos regimes democráticos.

Voto e racionalidade democrática

As questões sobre a “compra” de votos são bastante interessantes do ponto vista da análise dos *níveis de confiança* e da *crença na democracia*. Destacarei algumas questões que

fazem referências a situações em que um político oferece “algo” para obtenção do voto do eleitor. As situações são variadas, envolvendo sujeitos diferentes e a pergunta gira em torno do que o entrevistado acha que o eleitor *deveria* fazer e o que este *vai* fazer. Além dessas questões, a pergunta direta sobre a influência do voto no país será meu contraponto.

O embasamento teórico-metodológico desse tópico fica a cargo da teoria da escolha racional, mais especificamente do *dilema dos prisioneiros*; e do conceito de *capital social* para o italiano Robert Putnam. Obviamente não farei um mergulho profundo em tais águas teóricas. O alcance do trabalho me prende a um mergulho superficial, preservando, neste momento, um olhar mais atento aos dados da pesquisa.

Segundo Putnam, “a incapacidade de cooperar para o mútuo proveito não significa necessariamente ignorância ou irracionalidade” (1996, p. 173). Dentre as ilustrações do *dilema da ação coletiva*, destaco a seguinte situação:

No *dilema dos prisioneiros*, dois cúmplices são mantidos incomunicáveis, e diz-se a cada um deles que, se delatar o companheiro, ganhará a liberdade, mas se guardar silêncio, e o outro confessar, receberá uma punição especialmente severa. Se ambos mantivessem silêncio, seriam punidos levemente, mas, na impossibilidade de combinarem suas versões, cada qual faz melhor em delatar, *independentemente* do que o outro venha a fazer (Idem, p. 174).

Como se pode perceber facilmente, a cooperação entre eles levaria a um resultado mais vantajoso, ou, no mínimo, menos penoso. É também compreensível que cada um deseje alcançar tal resultado. Contudo, “na falta de um compromisso mútuo confiável, (...) cada um prefere desertar, fazendo [o outro] ‘banciar o trouxa’” (Ibidem). Dessa forma, o *comportamento racional desejado* é substituído pelo *comportamento racional esperado*. Ou seja, mesmo que um dos prisioneiros deseje uma *punição leve*, a falta de confiança no outro

irá impedi-lo de encontrar uma previsibilidade racional para a possibilidade IV (quadro 02), fazendo com que os dois desloquem o eixo da razão para a possibilidade I: “vou delatar, porque, provavelmente, ele também o fará”.

Quadro 01
Dilema dos prisioneiros

I (A1; B1)	II (A1; B2)
III (A2; B1)	IV (A2; B2)

As letras designam os sujeitos e os números, as ações destes sujeitos. Vejamos as quatro possibilidades: (I) A e B se entregam; (II) o prisioneiro A delata e B se mantém em silêncio; (III) A silencia e B delata; e, finalmente, (IV) os dois se mantêm em silêncio.

O fundamento lógico do dilema dos prisioneiros localiza-se na percepção do pesquisador e nunca na “cabeça” dos prisioneiros. Em outras palavras, não estou tratando de uma situação vivida, mas de uma situação imaginada, deduzida. A racionalidade dos sujeitos parte da lógica dedutiva do pesquisador. Ainda que a postura do cientista político seja a de acreditar na opção previsível do ponto de vista da racionalidade, a opção tomada pelo sujeito não implica uma ação concreta. Os *dilemas* são resolvidos a partir de situações “manipuladas”. Contudo, a partir do momento em que tais *dilemas* são confrontados com dados concretos e objetivos, colocamos em choque a racionalidade abstrata, dedutiva e lógica do pesquisador com a racionalidade coletiva dos sujeitos.

Abaixo, procurarei ler os dados acerca da troca de votos através do *dilema dos prisioneiros*, a fim de avaliar, objetivamente, a *confiança interpessoal* dos entrevistados do ESEB.

Modelo de análise

Uma série de perguntas do Estudo refere-se à ação de sujeitos específicos acerca da oferta de algo em troca do voto. Os sujeitos são variados: um deficiente físico, uma mãe de família, ou apenas a *família*. O entrevistado é indagado sobre o que acha que o sujeito *deveria fazer* e, logo em seguida, sobre o que ele acha que o sujeito *vai fazer*. Aceitar o “algo” e votar no candidato ou não aceitar e votar em outro candidato são as respostas estimuladas.

O voto é a variável utilizada, ou melhor, a *importância do voto*. Do ponto de vista da racionalidade democrática, o voto possui uma importância imensurável para o bom funcionamento dos regimes políticos ditos democráticos, como afirmei acima. Meu objetivo, agora, é elaborar um modelo que me permita confrontar a racionalidade democrática e a racionalidade coletiva do universo da pesquisa.

Voltemos aos prisioneiros. Se A entrega B é porque, necessariamente, ele não confia na possibilidade de B não fazer o mesmo. Se, caso contrário, ele silencia para não prejudicar o companheiro é porque ele confia que o companheiro fará o mesmo para não prejudicá-lo. Na situação idealizada, não existem garantias de que o “outro” não o irá prejudicar, sendo, portanto, racionalmente previsível que ambos se entreguem e passem o maior tempo na cadeia. Vejamos:

Quadro 02
O dilema dos prisioneiros em sinais

	(B1)	(B2)
(A1)	I (- ; -)	II (- ; +)
(A2)	III (+ ; -)	IV (+ ; +)

A *confiança interpessoal* é tratada através dos sinais positivo (confia) e negativo (não confia). Procurei relacionar a ação dos sujeitos à idéia de confiança. Na situação I encontramos uma relação de não-confiança mútua entre os prisioneiros; na II e na III, a confiança parte apenas de um; e, finalmente, na situação IV, prevalece uma razão cooperativa, baseada, creio eu, na confiança entre os dois prisioneiros. Chamarei o quadro acima de R1. Existe entre as ações dos sujeitos uma relação de soma 1, assim descrita:

$$A1 + A2 = 1, \text{ logo } A2 = 1 - A1 \text{ e } B1 + B2 = 1, \text{ logo } B2 = 1 - B1$$

Ao aplicar a equação acima colocada, eu estarei submetendo os dados à racionalidade intrínseca no *dilema dos prisioneiros*, relacionada à idéia de *confiança interpessoal*. Submeto assim a racionalidade dos entrevistados (R2) à racionalidade do pesquisador (R1).

Os sinais descritos acima servirão para confrontar a situação idealizada com os dados obtidos. Explico: podemos entender os dados através do tipo de questão já mencionado acima. Por exemplo, é apresentada a seguinte situação: um político oferece uma cadeira de rodas a um deficiente físico em troca do seu voto. Primeira pergunta: o que o entrevistado acha que o

deficiente físico *deveria fazer*. Segunda pergunta: o que o entrevistado acha que o deficiente físico *vai fazer*.

De acordo com a racionalidade democrática, os sinais que expressam a *confiança interpessoal* se apresentariam de maneira idêntica ao *dilema dos prisioneiros*. Ou seja, seguindo a *racionalidade democrática*, o eleitor não deve trocar seu voto em favor próprio. Dessa maneira, A1 e A2 representariam a atitude que o entrevistado considera racionalmente desejada (o que ele *deveria fazer*), é campo da crença em relação ao papel do voto; já B1 e B2 representariam a atitude racionalmente esperada (o que ele *vai fazer*), é o campo da *confiança* no que diz respeito ao papel do voto. Se eu tratar o Percentual válido dessas duas questões, chegarei, necessariamente a uma soma de valor 1, como apresentei acima.

Ocorre que os dados da pesquisa não correspondem, exatamente, à *racionalidade democrática* descrita a partir da lógica da teoria da escolha racional. Porém, aplicando os sinais eu posso confrontar a “racionalidade” do pesquisador com a “racionalidade” observada. Ao tomar a primeira situação poderei explicitar melhor:

Tabela 05
Atitude que um deficiente físico DEVERIA ter se um candidato lhe oferecer uma cadeira de rodas

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
Aceitar a cadeira de rodas e votar no candidato	1015	40,4	43,0	43,0
Não aceitar a cadeira de rodas e votar em outro candidato	1347	53,6	57,0	100,0
Total	2361	94,0	100,0	
NS	51	2,0		
NR	100	4,0		
Total	151	6,0		
Total	2513	100,0		

Fonte: ESEB 2002

A situação I envolve três sujeitos: o deficiente físico (sujeito principal), o candidato que oferece uma cadeira de rodas e o “outro candidato”. Ao ser perguntado sobre o que deveria e sobre o que vai fazer o sujeito principal, o entrevistado expõe, ao seu ponto de vista, o que ele considera racionalmente desejado e o que ele considera racionalmente esperado. O que proponho é confrontar os dados com a situação *ótima* observada no *dilema* tratado mais acima. É como se estivesse confrontando a racionalidade democrática (R1), com a racionalidade dos entrevistados, que chamarei de R2. É importante observar que R1 não varia, enquanto R2 varia de acordo com os dados. Vejamos a segunda tabela da situação I:

Tabela 06
**Atitude que um deficiente físico VAI
 ter se um candidato lhe oferecer uma cadeira de rodas**

	Freqüência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
Aceitar a cadeira de rodas e votar no candidato	1920	76,4	82,0	82,0
Não aceitar a cadeira de rodas e votar em outro candidato	420	16,7	18,0	100,0
Total	2340	93,1	100,0	
NS	87	3,4		
NR	86	3,4		
Total	172	6,9		
Total	2513	100,0		

Fonte: ESEB 2002

Se A1 e A2 representam a opinião dos entrevistados sobre o que *deveria fazer* o deficiente físico; se B1 e B2 indicam-nos a opinião do entrevistado sobre o que *vai fazer* o deficiente físico; se A1 e A2, bem como B1 e B2 representam uma soma de valor um (por isso tratarei dos Percentuais válidos), então temos:

1. Comparar os dados com o quadro dos sinais:

Quadro 03
Situação I, dados

	(B1)	(B2)
(A1)	I (0,43 ; 0,82)	II (0,43 ; 0,18)
(A2)	III (0,57 ; 0,82)	IV (0,57 ; 0,18)

2. Observar os sinais da racionalidade obtida a partir dos dados da situação 1:

Quadro 04
Situação I, sinais


I (- ; +)	II (- ; -)
III (+ ; +)	IV (+ ; -)

Notem que, como trabalho com os percentuais válidos, teremos, necessariamente, os mesmos pares de sinais, todavia, eles se deslocam entre os quadrantes, de acordo com as respostas, como observamos nessa primeira situação. Chegamos, portanto ao que chamei de R2.

3. Aplicar os sinais da R1 e a relação de soma 1³³.

Quadro 05
Situação I, soma

I (1 - 0,43) ; (1 - 0,82)	II (1 - 0,43) ; (0,18)
III (0,57) ; (1 - 0,82)	IV (0,57) ; (0,18)




I (0,57) ; (0,18)	II (0,57) ; (0,18)
III (0,57) ; (0,18)	IV (0,57) ; (0,18)

4. Aplicar os sinais da R2:

Quadro 06
Situação 1, resultado

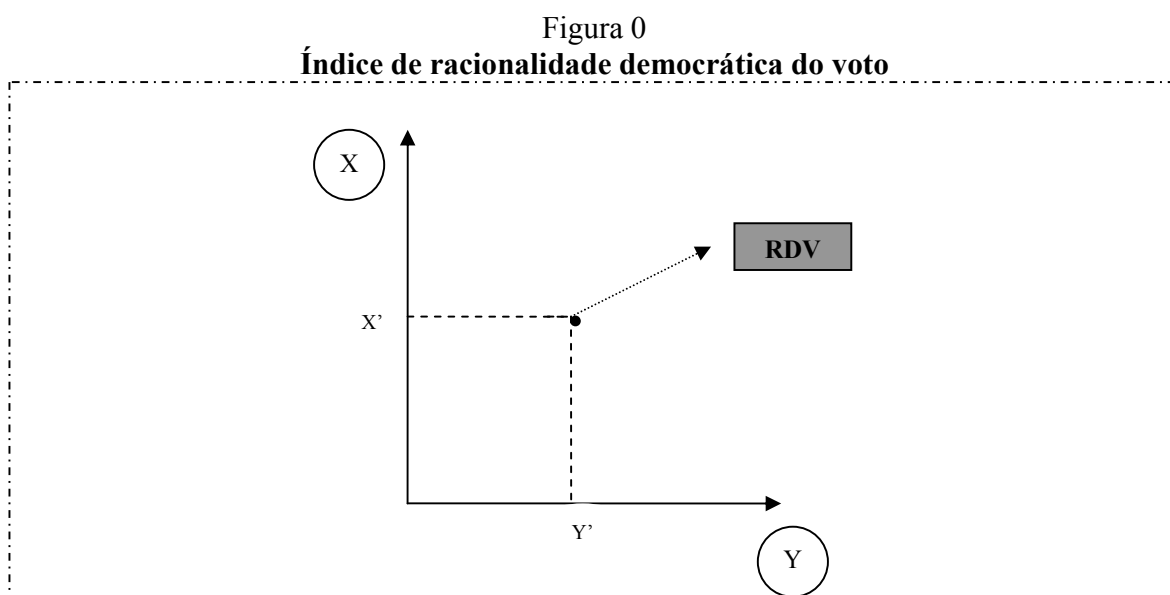
I (- 0,57) ; (+ 0,18)	II (- 0,57) ; (- 0,18)
III (+ 0,57) ; (+ 0,18)	IV (+ 0,57) ; (- 0,18)



I - 0,39	II - 0,75
III 0,75	IV 0,39

³³ Ver na página 73.

No IV quadrante localiza-se a melhor situação do ponto de vista do pesquisador, pelo menos a racionalmente desejada, a opção em que a cooperação entre os indivíduos revela o nível de *confiança interpessoal* e, ao mesmo tempo, atesta uma racionalidade democrática deduzida. Essa foi a primeira situação esboçada no ESEB, temos mais quatro que envolvem sujeitos diferentes. Procurarei, a seguir, o índice do quadrante IV em cada situação; poderei então somar esses números e chegar a uma média. Essa média será multiplicada ao número que corresponde à influencia do voto para os entrevistados do ESEB. Chegaremos, finalmente ao índice de racionalidade democrática, como descrevo abaixo:



Onde:

- x' representa o percentual válido de entrevistados que afirmaram que “o voto influencia muito no que acontece no Brasil”;
- y' representa a média dos índices observados nas situações expostas;

- e, finalmente, a área do cruzamento entre essas duas variáveis (x' e y') me permite observar o *índice de racionalidade democrática* – IRD.

No caso do ESEB, o IRD é alcançado a partir do cruzamento entre a média de quatro situações descritas e o percentual válido que afirmava a importância do voto. Vejamos as situações:

- 1) Um deficiente físico que pode trocar seu voto por uma cadeira de rodas;
- 2) Uma família pobre passando fome que pode trocar seu voto por uma cesta básica;
- 3) Uma mãe que não consegue vaga para o filho na escola e pode trocar seu voto pela garantia desta vaga;
- 4) Uma mãe com um filho doente que pode trocar seu voto pelo dinheiro necessário para o tratamento médico.
- 5) Famílias com casas em construção que podem trocar seus votos por um caminhão de tijolos.

Seguindo o modelo da primeira situação, já exposto, chegamos aos seguintes números:

Tabela 07
O Valor do Voto

Sujeito	O que é oferecido em troca do voto	Índice de racionalidade observada
Situação I - Deficiente físico	Cadeira de rodas	0,39
Situação II - Família pobre passando fome	Cesta básica	0,36
Situação III - Mãe que não consegue vaga para o filho na escola	Garantia da vaga na escola	- 0,31
Situação IV - Mãe com o filho doente	Dinheiro para tratamento médico	- 0,43
Situação V - Famílias com casa em construção	Caminhão de tijolos	0,36
	Média (y')	0,07

Preciso, agora, achar o x' , que está dado no ESEB, através da pergunta acerca da importância do voto no que acontece no Brasil, explícito na tabela abaixo:

Tabela 08
Opinião sobre a influência do voto no que acontece no Brasil

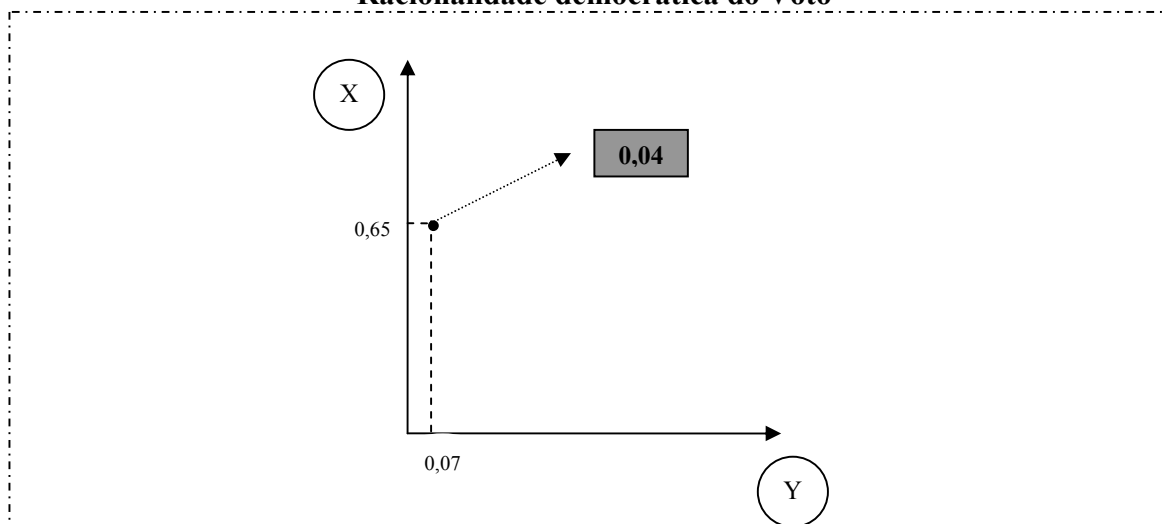
/

	Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
O voto não influencia nada	228	9,1	9,3	9,3
2	76	3,0	3,1	12,3
3	215	8,5	8,7	21,1
4	335	13,3	13,6	34,7
O voto influencia muito	1604	63,8	65,3	100,0
Total	2457	97,8	100,0	
NS	47	1,9		
NR	8	,3		
Total	56	2,2		
Total	2513	100,0		

Fonte: ESEB 2002

O x' será o número correspondente à resposta que afirma: “o voto influencia muito no que acontece no Brasil”. Desse modo, eu coloco em jogo, na análise, a idéia [racional] de que o voto é um elemento crucial para o desenvolvimento da democracia no país. Ao cruzar as variáveis x e y pretendo chegar a uma comparação entre idéia racionalmente aceita da importância do voto e as situações em que essa idéia parece ser testada. Vejamos a próxima figura:

Figura 03
Racionalidade democrática do Voto



Dados: ESEB 2002

Até o momento, disponho de um índice. Todavia, se conseguirmos reproduzir as situações expostas acima para um universo mais amplo, como por exemplo, os estados ou as regiões brasileiras, sem perdermos de vista a clareza da percepção de tais situações, chegaremos a vários índices. Da mesma maneira, se reproduzirmos as situações numa espécie de escala temporal, chegaremos, também, a vários índices. Tanto numa espécie de controle sincrônico, entre várias subestruturas ao mesmo tempo, quanto no controle diacrônico, para uma única estrutura em tempos diferentes, o resultado a ser atingido será sempre uma *função*. Assim, no lugar do *índice de racionalidade democrática do voto*, teremos uma *função de racionalidade democrática do voto*, que permitirá ao pesquisador avaliar objetivamente o comportamento dos cidadãos em relação ao voto e, conseqüentemente, em relação ao sistema democrático.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Queiramos ou não, as ciências do homem nadam ainda num oceano de ingenuidade, e o mais ingênuo de todos termina sendo aquele que crê ter chegado a terra firme. Com isso, que deveria estar claro há muito tempo, não pretendo em absoluto redimir o ‘pensador inconsciente’, que pensa sem ter adquirido treinamento em como pensar” (SARTORI, 1997, p. 246).

A democracia representativa supõe uma relação de troca. O cidadão se sente representado *no e pelo* Estado na medida em que existem uma ou mais de uma razão para isto. Espero não escorregar numa visão simplista do conceito de representação política. Não é esse o caso.

A reprodução de situações expostas pelo ESEB aludem ao direito de ir e vir, no caso da cadeira de rodas para o deficiente físico; à alimentação; à educação; à saúde; e, por fim, a questão do direito à moradia. E podemos enxergar em cada um desses cinco itens uma espécie de *input* absorvido ou produzido pelo *universo da política*. Porém, do ponto de vista do universo pesquisado, cada um, vários e até mesmo todos os itens observados são interpretados separados de sua dimensão política. Creio que isso ocorre, primeiro, por conta da visão individualista do eleitorado, como se do voto fosse enxergado a sua função prática e imediata, capaz de resolver os cinco problemas abordados acima. Ou seja, os problemas não são percebidos, em boa parte dos casos, em suas dimensões coletivas.

Dessa maneira, o voto perde o seu “valor” democrático. Em outras palavras, há um deslocamento da racionalidade democrática entre os quadrantes. E isso evidencia, em alguns casos, uma inversão da racionalidade democrática do voto. As respostas escapam do racional desejo democrático, afastando-se do valor da democracia. Contudo, percebe-se que as

situações reproduzidas no questionário engendram um processo em que o *mundo da política* entendido como um *espaço público* fica em segundo plano. São situações que, como percebemos nos enunciados das perguntas, nos remetem às razões de sobrevivência que antecedem e superam a razão política e liberal moderna. Nestes casos, *viver* não implica *viver politicamente*.

Por exemplo, não faz sentido perguntar a um cidadão de um país democrático, desenvolvido social e economicamente, se uma família pobre que passa fome deve ou não aceitar uma cesta básica em troca de seu voto. Talvez até faça sentido, mas terá esse, necessariamente, um significado diferente quando os respondentes sentem, vivenciam ou percebem com maior “nitidez” a problemática da fome. Para esse segundo grupo as necessidades básicas antecedem a *racionalidade democrática*. Por isso o eixo da razão se desloca entre os quadrantes. Mas, o quanto o deslocar entre os quadrantes compromete a manutenção da democracia – ou da poliarquia?

Entendendo a democracia como um método e absorvendo a idéia que o voto é uma mercadoria eleitoral, o *índice de racionalidade democrática do voto* apenas especifica que tipo de mercadoria torna racionalmente aceita a manutenção desse mercado político. Aparentemente, o modelo elitista competitivo suporta a “compra” de votos e o desenvolvimento econômico e social será o determinante do tipo de mercado político, ou, em outras palavras, da característica do modelo democrático. Aqui, o mundo da economia (capitalismo) e o mundo da política (democracia) se complementam.

Agora, se por um lado podemos identificar o cidadão comum schumpeteriano como um “idiota político”, parece-me precipitada a crítica que enxerga, na teoria do economista austríaco, a morte da idéia de *povo*. Da mesma forma que o entretenimento de uma partida de

rúgbi afasta o cidadão inglês do “valor da democracia”, também a luta pela sobrevivência afasta o cidadão brasileiro. É uma conclusão perigosa, na medida em que não encontra parâmetros sólidos para utilizar como argumentos, pelo simples fato de se tratarem de análises diferentes em sua natureza metodológica (e epistemológica), do cidadão comum observado por Schumpeter e dos entrevistados do ESEB. Mas são, ambas, situações em que a razão do valor da democracia, baseada na *confiança interpessoal*, se desloca entre os quadrantes.

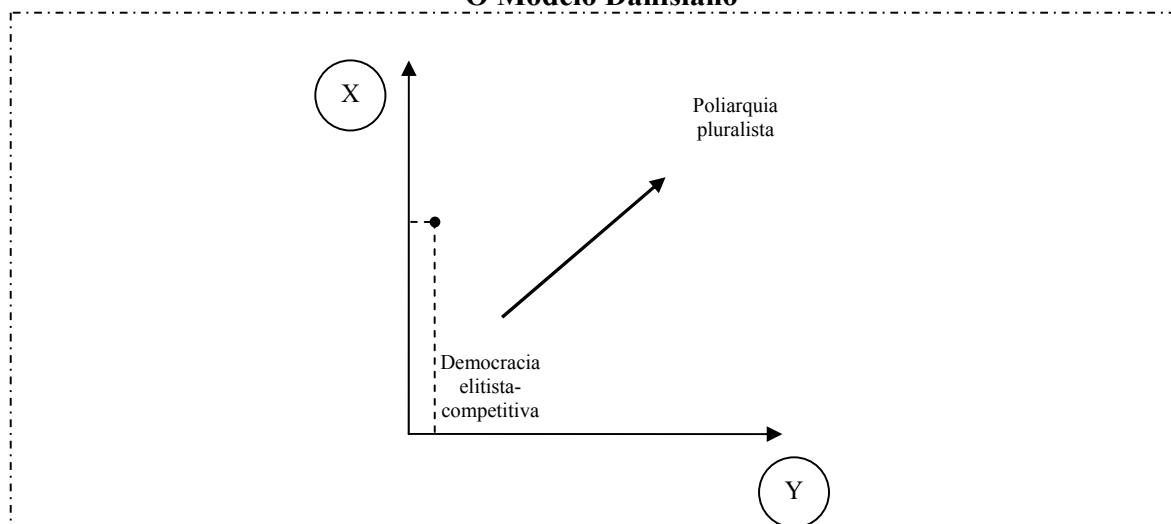
Nessa perspectiva, creio que o modelo schumpeteriano de democracia suporta o “deslocar” entre os quadrantes – desde que não comprometa os *interesses ou os ideais mais queridos do povo*. Assim, no momento em que o voto, enquanto instrumento democrático por excelência, for utilizado como valor de troca em benefício de um indivíduo ou de uma família, a democracia será sempre uma forma, um *meio para*. No caso, a política assume a forma de um *mercado*³⁴.

Já o modelo poliárquico insere entre os mundos da política e da economia uma dimensão social, principalmente no que se refere à informação e à organização de grupos que pertencem à elite política. Numa poliarquia o movimento constante da razão entre os quadrantes acabaria, em certa medida, levando a mesma à falência. É por isso que, neste caso, o pluralismo torna-se a base do sistema político, em que a diferenciação social é requisito para o bom funcionamento da poliarquia e a participação política se realiza baseada numa série de condições que expõem níveis satisfatórios de informação e de organização.

³⁴ Vale a pena ressaltar que não me refiro a uma definição puramente econômica da política. Os bens em troca nesse “mercado” serão, por excelência, bens políticos, pois visam sempre o ganho político.

O *mundo da política* numa poliarquia pluralista estabelecida parece assumir uma razão que se aproxima ao máximo do valor democrático, como afirmou o próprio Robert Dahl. Isso me leva a pensar o seguinte gráfico:

Figura 04
O Modelo Dahlsiano



Sugiro que o nível máximo da *racionalidade democrática do voto* apontará para um ambiente poliárquico. Não diretamente. Quero dizer que, quando o índice encontrar níveis elevados, as percepções dos cidadãos em relação ao valor do voto, terão uma boa convivência com as instituições poliárquicas. Porém, apenas o exercício da comparação poderá por à prova o *índice de racionalidade democrática*, permitindo-nos estabelecer até que nível nossas

percepções são democráticas do ponto de vista *formal*, e, a partir de que nível nossas percepções são democráticas do ponto de vista *valorativo*.

Não me parece inusitado afirmar que o índice observado nos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (0,04) nos afasta do *valor* da democracia, ou do *ambiente poliárquico*. É arriscado e pretensioso tentar responder os motivos da distância em relação à poliarquia pluralista e os caminhos possíveis na direção da mesma. O mais comum é encontrarmos argumentos históricos, aliados a dados sócio-econômicos, para enxergarmos os problemas do *universo político* brasileiro.

De uma maneira geral, o papel do voto, numa democracia estabelecida, está relacionado a duas funções básicas dos sistemas representativos: *formar governo* e *constituir representação*³⁵. No que diz respeito à segunda função, quanto mais significativo for o *valor democrático* do voto, mais consistente é a própria democracia. Ou seja, quanto mais o voto *signifique* um mecanismo básico para a soberania popular, e, quanto menos *signifique* um mero instrumento de troca, mais nos aproximamos da exata percepção poliárquica.

Os dados do ESEB acerca da “compra de votos” nos permitem analisar a percepção do eleitor brasileiro acerca do mecanismo norteador das novas democracias liberais, possibilitando, ainda, uma caracterização objetiva da nossa *racionalidade democrática*. O valor do voto, segundo as normas provenientes das teorias e das regras do jogo democrático é, matematicamente, um. Essa é uma verdade jurídica e um instrumento fundamental para a definição democrática dos resultados eleitorais. Mas, para compreendermos a importância do voto, precisamos construir, a partir dos dados disponíveis, caminhos mais sólidos.

³⁵ Ver LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997. p. 65-69.

Finalmente, creio que a análise da *racionalidade democrática do voto* nos permite dissertar sobre a *intensidade* da nossa representação política. No caso brasileiro e de acordo com os números do ESEB, identificamos, por um lado, um índice baixo, distante do modelo poliárquico; e, por outro lado, identificamos um índice positivo, revelando que, do ponto de vista da nossa percepção, ultrapassamos, mesmo que por muito pouco, uma *razão não-democrática*.

Compreender objetivamente as “verdades” do *universo político* brasileiro é um exercício sempre incompleto – o que, de certa forma, é próprio da ciência política e das ciências humanas em geral (SARTORI, 1997). Todavia, no campo da ciência, exercitar implica caminhar. E caminhar não no sentido da afirmação de novas “verdades”, mas na direção de novos questionamentos, aparentemente simples, que nos ajudam a entender as percepções dos símbolos da democracia no Brasil.

Referências Bibliográficas

ALMOND, G. e POWELL, C. B. *O sistema político*. In: CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. (orgs.) *Política e Sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

BALBACHEVSKY, Elizabeth e HOLZHACKER, Denilde Oliveira. Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições. *Opin. Publica*, out. 2004, vol.10, no.2, p.242-253. ISSN 0104-6276.

BOHN, Simone R. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. *Opin. Publica*, out. 2004, vol.10, no.2, p.288-338. ISSN 0104-6276.

CARDOSO, F. H. e MARTINS, C. E. (orgs.) *Política e Sociedade*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, New Haven, Conn., Yale UP, 1961.

_____. *Um Prefácio à Teoria Democrática*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. *Um Prefácio à Democracia Econômica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

FINLEY, Moses I. *Democracia antiga e moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HELD, David. *Modelos de Democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HIRST, Paul Q. *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Associativismo e comportamento eleitoral na eleição de 2002. *Opin. Publica*, out. 2004, vol.10, no.2, p.254-267. ISSN 0104-6276.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. *Instituições políticas democráticas: o segredo da legitimidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1997.

MARTINS JUNIOR, José Paulo e DANTAS, Humberto. O índice de participação e a importância da educação. *Opin. Publica*, out. 2004, vol.10, no.2, p.268-287. ISSN 0104-6276.

NISHIMURA, Katia Mika. Conservadorismo social: opiniões e atitudes no contexto da eleição de 2002. *Opin. Publica*, out. 2004, vol.10, no.2, p.339-367. ISSN 0104-6276.

NUN, Jose. *Democracia: gobierno del pueblo o gobierno de los políticos*. Buenos Aires: Fondo de Cultura, 2000.

OLIVEIRA, Evelina Antunes F. de. Notas sobre a participação não-eleitoral no Nordeste. *Opin. Publica*, out. 2004, vol.10, no.2, p.377-388. ISSN 0104-6276.

PAIVA, Denise, SOUZA, Marta Rovey e LOPES, Gustavo de Faria. As percepções sobre democracia, cidadania e direitos. *Opin. Publica*, out. 2004, vol.10, no.2, p.368-376. ISSN 0104-6276.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROSE, Richard. *Medidas de democracia em surveys*. *Opin. Publica*, maio 2002, vol.8, no.1, p.01-29. ISSN 0104-6276.

ROUSSEUAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*.

SAMUELS, David. As bases do petismo. *Opin. Publica*, out. 2004, vol.10, no.2, p.221-241. ISSN 0104-6276.

SARTORI, Giovanni. *A Política*. 2 ed. Brasília: Ed. UnB, 1997.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais, parte 1*. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1992.

_____. *Metodologia das ciências sociais, parte 2*. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 1992.

ANEXO I

Idade do entrevistado por faixa * Escolaridade

			Escolaridade – recodificada					Total
			Sem instrução	Até 4a. série	De 5a. a 8a. série	2o. grau	Superior ou mais	
Idade do entrevistado por faixa	16 a 24	Count	3	28	107	281	51	470
		Idade do entrevistado por faixa	,6%	6,0%	22,8%	59,8%	10,9%	100,0%
	25 a 34	Escolaridade	1,5%	4,2%	19,9%	35,9%	15,9%	18,7%
		Count	17	87	136	222	87	549
		Idade do entrevistado por faixa	3,1%	15,8%	24,8%	40,4%	15,8%	100,0%
		Escolaridade	8,5%	13,0%	25,2%	28,4%	27,1%	21,9%
	35 a 44	Count	28	173	150	157	88	596
		Idade do entrevistado por faixa	4,7%	29,0%	25,2%	26,3%	14,8%	100,0%
		Escolaridade	13,9%	25,9%	27,8%	20,1%	27,4%	23,7%
		Count	61	217	105	96	67	546
	45 a 59	Idade do entrevistado por faixa	11,2%	39,7%	19,2%	17,6%	12,3%	100,0%
		Escolaridade	30,3%	32,5%	19,5%	12,3%	20,9%	21,7%
	60 ou mais	Count	92	163	41	27	28	351
		Idade do entrevistado por faixa	26,2%	46,4%	11,7%	7,7%	8,0%	100,0%
		Escolaridade	45,8%	24,4%	7,6%	3,4%	8,7%	14,0%
		Count	201	668	539	783	321	2512
Total		Idade do entrevistado por faixa	8,0%	26,6%	21,5%	31,2%	12,8%	100,0%
		Escolaridade	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: ESEB 2002